

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – RELAÇÕES PÚBLICAS**

**A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E A
PARTICIPAÇÃO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE A
RÁDIO COMUNITÁRIA DE IVORÁ**

MONOGRAFIA

Pricila Stefanello Moro

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

**A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E A
PARTICIPAÇÃO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE
A RÁDIO COMUNITÁRIA DE IVORÁ**

Pricila Stefanello Moro

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Relações
Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em **Relações Públicas**.

Orientadora: Professora Doutora Maria Ivete Trevisan Fossá
Co-orientadora: Mestre Kalliandra Conrad

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Comunicação Social
Curso de Comunicação Social – Relações Públicas**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia**

**A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E A
PARTICIPAÇÃO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE
A RÁDIO COMUNITÁRIA DE IVORÁ**

elaborada por
Pricila Stefanello Moro

Como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Relações Públicas

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Ivete Trevisan Fossá (orientadora)

Liliane Dutra Brignol, Dr^a, (UFSM)

Patrícia Franck Pichler, Ms, (UFSM)

Santa Maria, 10 de dezembro de 2014.

Dedico o presente trabalho àquela que compartilhou este sonho comigo desde o momento em que ouviu meu nome no rádio. Sinônimo de força e perseverança, minha irmã Angélica, a quem busco me espelhar todos os dias tentando ser uma pessoa melhor.

Dedico também aos meus pais, Olga e Roque, por todos os esforços realizados para que este sonho pudesse se tornar realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida e por me conceder inúmeras graças ao longo desta jornada.

Agradeço a minha mãe Olga, meu pai Roque, e meu irmão Fabio, que através de seus ensinamentos mostraram-me desde muito cedo os caminhos que eu deveria percorrer, sempre acreditando e batalhando por meus sonhos de forma honesta. Agradeço também por todo o amor recebido e esforço para esta conquista pudesse ocorrer. É minha base, minha inspiração para a vida.

Agradeço de forma muito especial a minha irmã Angélica. Lembro-me como se fosse hoje toda a sua felicidade ao saber que eu havia passado no vestibular e teria a oportunidade de estudar e realizar meus sonhos. Obrigada por sempre acreditar na minha capacidade e por tantas vezes me acolher com tamanha bondade e carinho. Esta realização também é tua!

Agradeço com o coração repleto de alegria, ao meu amor e amigo de todas as horas, Taylor. É a luz dos meus dias e inspiração para cada amanhecer. Teve papel fundamental durante este trabalho, apoiando-me e incentivando-me em todas as ocasiões. Obrigada por partilhar esta conquista comigo e por todo o amor e carinho dedicado a mim. Hoje sei o significado de companheirismo, amor e amizade. E encontro tudo isso em ti, meu amor.

Agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Maria Ivete Trevisan Fossá, que foi a responsável por me apresentar ao mundo da comunicação comunitária, mostrando-me o quanto meus conhecimentos poderiam ser válidos para mudar realidades. Muito obrigada pelos ensinamentos ao longo deste período!

Agradeço também a minha co-orientadora, Kalliandra Quevedo Conrad, que teve papel fundamental na realização deste trabalho, e com toda certeza compartilhou deste sonho comigo. Obrigada pela paciência e por toda a disponibilidade sempre demonstrada. Se este trabalho hoje existe, com certeza foi pelo teu apoio! Obrigada!

Agradeço a minhas amigas Amanda Frick, Ana Carolina Rios e Lucciane Elias. Desde o início estivemos unidas, este sonho foi sonhado junto com vocês, por isso foi possível realiza-lo. Obrigada por todos os puxões de orelha, conselhos sinceros e amor recebido. Muito mais do que amigas, vocês são irmãs que estarão sempre presentes em minha vida! A vocês, todo o meu amor e amizade.

Agradeço a minha amiga e então colega de apartamento, Karina. Amizade descoberta no último ano de faculdade, mas tão sincera e forte que quero ter para sempre comigo.

Obrigada por estar presente em minha vida e pelo carinho que dedicaste a mim. Foi de fundamental importância poder contar contigo durante esta jornada.

Agradeço a turma mais unida e especial que a FACOS já recebeu, a 40ª turma de relações públicas. Pessoas unidas em prol de um sentimento único: comunicar. Deixarão marcas profundas em mim e levarei estas amizades para sempre em meu coração.

Agradeço a Doutora Liliane Dutra Brignol e a Mestre Patrícia Franck Pichler por aceitarem partilhar deste trabalho comigo, participando de minha banca avaliadora, e assim contribuindo para minha formação como profissional.

Agradeço aos amigos da Viação Centro Oeste, que partilharam durante este ano de minhas aflições em relação a este trabalho, sempre buscando trazer orientações e conselhos, a fim de me ajudar neste caminho. Obrigada por todo o companheirismo e amizade dedicados!

Agradeço de forma especial às pessoas da comunidade ivorense que estiveram diretamente envolvidas na construção deste trabalho, tendo como único objetivo a melhora na comunicação comunitária.

Agradeço aos amigos de Ivorá e também os conquistados em Santa Maria, saibam que carrego um pouco da essência de cada um comigo! Agradeço em especial à amiga Gislaine, que com suas inquietações acerca do mundo, despertou-me a vontade de buscar por dias melhores, além é claro, de toda sua amizade e apoio.

Os meus sinceros agradecimentos a todos de que alguma forma ou outra me apoiaram durante estes quatro anos. Muito obrigada!

Pensamentos tornam-se ações. Ações tornam-se hábitos, hábitos tornam-se nosso caráter e o nosso caráter, torna-se nosso destino.

(James C. Hunter)

RESUMO

Monografia de Graduação
Curso de Comunicação Social – Relações Públicas
Universidade Federal de Santa Maria

A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E A PARTICIPÇÃO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE A RÁDIO COMUNITÁRIA DE IVORÁ

AUTORA: PRICILA STEFANELLO MORO

ORIENTADORA: MARIA IVETE TREVISAN FOSSÁ

CO-ORIENTADORA: KALLIANDRA QUEVEDO CONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 10 de dezembro de 2014.

Tendo como contexto a rádio comunitária do município de Ivorá/RS, o presente trabalho final de graduação tem como objetivo Sugerir ações que possam fomentar a participação da comunidade na rádio comunitária Ivorense. Para isso, fez-se necessário a elucidação de conceitos como comunidade, comunicação comunitária, participação comunitária entre outros. Fazendo uso como base para a observação da participação local, foram usados os níveis de participação de Peruzzo (1998). Os níveis de participação que Peruzzo elenca (1998) dividem-se em quatro, e procuram auxiliar no entendimento do caminho percorrido nos processos de participação em um meio radiofônico comunitário. Esses níveis variam de acordo com a intensidade da busca dos participantes e com as possibilidades de participação oferecidas pelos representantes da comunidade que coordenam o veículo. Juntando-se a isso, as técnicas como grupo focal e entrevistas semiestruturadas, foi possível identificar o contexto da rádio comunitária Ivorense, observar a participação comunitária da população de Ivorá e mapear os motivos pelos quais a comunidade não participava da rádio comunitária local. Partindo de um diagnóstico gerado em torno destes objetivos, são sugeridas ações que possam vir a contribuir para a inserção da participação da comunidade ivorense no meio radiofônico local, buscando então criar mecanismos para democratizar a comunicação no município.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária. Rádio Comunitária. Ação de Participação. Democratização da Comunicação.

ABSTRACT

Monograph Undergraduate
College of Mass Communication - Public Relations
Federal University of Santa Maria

COMMUNITY COMMUNICATION AND A LOCAL PARTICIPATION: A STUDY ON COMMUNITY RADIO IVORA

AUTHOR: PRICILA STEFANELLO MORO

ADVISOR: MARIA IVETE TREVISAN FOSSÁ

CO-ADVISOR: KALLIANDRA QUEVEDO CONRAD

Date and Place of Presentation: Santa Maria, December 10th, 2014.

Having as backdrop to community radio in the municipality of Ivorá / RS , this final work of undergraduate aims Suggest actions that can foster community participation in community radio Ivoreense . For this, it was necessary to elucidate concepts such as community , community media , community participation among others . Making use as a basis for observation of local participation , participation levels Peruzzo (1998) were used . The levels of participation that lists Peruzzo (1998) divided into four , and seek help in understanding the path taken in the process of participation in a community radio medium. These levels vary according to the intensity of the search of participants and participation possibilities offered by community representatives that coordinate the vehicle . Joining this, techniques such as focus groups and semi-structured interviews , it was possible to identify the context of community radio Ivoreense observe community participation of the population Ivorá and map the reasons why the community was not involved in the local community radio . From a diagnostic generated around these goals , actions that may contribute to the insertion of ivoreense community participation at the local radio environment, it is seeking to create mechanisms to democratize communication in the municipality.

Keyword: Community Communication. Community Radio. Participation. Participation Action. Democratization of Communication.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 COMUNIDADE E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA.....	15
1.1 A constituição de uma comunidade: definições e peculiaridades.....	15
1.2 Comunicação comunitária	18
2 PARTICIPAÇÃO E RÁDIOS COMUNITÁRIAS	22
2.1 Participação comunitária.....	23
2.2 A participação comunitária como forma de democratização da comunicação	25
2.3 Níveis de participação comunitária nas Rádios Comunitárias	31
2.4 Rádios Comunitárias: surgimento e características.....	32
3 METODOLOGIA	36
3.1 Rádio Comunitária Ivoreense: construindo o objeto empírico.....	36
3.2 Técnicas metodológicas	37
3.3 Análise e interpretação dos dados.....	42
3.4 Ações de participação da comunidade.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
BIBLIOGRAFIA.....	58
APÊNDICES.....	60

INTRODUÇÃO

A **temática geral** desta monografia é a comunicação comunitária, a participação comunitária e as rádios comunitárias, sendo que a sua **delimitação** compreende a participação comunitária na programação e gestão da rádio comunitária do município de Ivorá/RS como forma de democratização da comunicação. Parte-se do pressuposto que o propósito fundamental de uma rádio comunitária é a participação popular, desse modo, torna-se essencial criar mecanismos para que esta participação se concretize.

É notório que existam lideranças entre comunidades, e que estas pessoas assumam maiores responsabilidades, tais como a gestão da rádio. Mas e os outros indivíduos? Participam? Como podemos incentivar essa participação? Pretende-se com este estudo observar a participação da população ivorense em seu único meio de comunicação comunitária na pequena cidade de Ivorá/RS – a rádio comunitária.

O município onde a rádio comunitária Ivorense está inserida possui cerca de 2.200 habitantes, sendo a maioria constituída por imigrantes italianos. Com o propósito inicial de ter um meio de comunicação acessível a toda a comunidade ivorense, no ano de 2004, um grupo de cidadãos formou uma associação para mais tarde instituir no município a Rádio Comunitária Ivorense. Quem tomou a frente neste processo foi José Humberto Bellinaso, sendo então o primeiro presidente do meio radiofônico comunitário do município de Ivorá.

Entretanto, atualmente observou-se¹ que muitas pessoas da comunidade ivorense ainda sequer sabem o que é uma rádio comunitária, e muitas ainda desconhecem o fato de que a única rádio no município não seja comercial, e sim comunitária.

Contudo, muitos cidadãos que têm conhecimento sobre a funcionalidade da rádio, deixam de participar de forma ativa por diversos motivos que serão detalhados ao longo da monografia. Tal receio não é constatado apenas nos cidadãos de Ivorá, mas também em diversas autoridades municipais, como vereadores, secretários da prefeitura, entre outros, por exemplo. Em função disso, é observada que diversas vezes se perde a oportunidade de veicular informações de total importância para a comunidade.

¹ As ressalvas realizadas ao longo do trabalho se fazem possível em função de observações realizadas no município durante a realização do projeto de extensão “Tecnologia Social para Inclusão e Apropriação do Fazer Midiático por Associações de Rádios Comunitárias da Quarta Colônia” ao longo do ano de 2011, como citado anteriormente e também, em função de a pesquisadora ter residido no município e ainda possuir familiares no local.

O que este trabalho propõe é justamente mapear os motivos pelos quais a comunidade não participa e a partir disso observar e propor formas para que a comunidade tenha maior inserção no meio radiofônico através da participação comunitária. E é neste ponto que surge a **problemática de pesquisa** do presente trabalho, que ações de participação comunitária viabilizam a inserção da comunidade de Ivorá na gestão e na programação da Rádio Comunitária Ivorense?

No município Ivorense, existe uma divisão política bastante acentuada, sendo que a população se divide em dois grupos eleitorais, cada um votando em sua coligação. As eleições são disputadas voto a voto e em épocas eleitorais essa divisão fica mais evidente ainda. Talvez esta disputa política também interfira na gestão da rádio e na mobilização da população para tomar a rádio como sendo da comunidade. Diante da problemática apresentada, o entendimento dos motivos da não participação comunitária na rádio podem indicar processos possíveis para a reversão do quadro acima citado.

Como **objetivo geral**, o estudo busca sugerir ações que possam fomentar a participação da comunidade na rádio comunitária Ivorense. Os **objetivos específicos** que configuram esta pesquisa são identificar o contexto de participação em que a rádio comunitária Ivorense está inserida, investigar a participação dos sujeitos e mapear os motivos pelos quais a comunidade não participa da rádio.

Outros trabalhos desenvolvidos nesta temática como de Malerba (2006), Souza (2009), Almeida (2011), Kasper (2007) e Fonseca (2005), buscam entender alguns aspectos das rádios comunitárias. Soma-se a esses estudos este trabalho monográfico que propõe ações de engajamento entre a rádio e a comunidade local.

A rádio escolhida para a realização deste estudo está inserida no município de origem da pesquisadora, o que poderá contribuir para a pesquisa, uma vez que o acesso aos informantes é facilitado. Esse fator também envolve cuidados, principalmente no que diz sentido ao distanciamento que a pesquisadora deverá ter para tirar conclusões sobre os dados analisados posteriormente.

Contribui também o fato de a pesquisadora ter participado do Projeto de Extensão “Tecnologia Social para Inclusão e Apropriação do Fazer Midiático por Associações de Rádios Comunitárias da Quarta Colônia” da Universidade Federal de Santa Maria, orientado pela Professora Doutora Maria Ivete Trevisan Fossá que ocorreu entre os anos de 2010 e 2011. O projeto teve como objetivo principal assessorar as rádios comunitárias quanto à

implementação, a criação e o acompanhamento de conteúdos radiofônicos para as rádios da região da Quarta Colônia², além dos municípios de Agudo e Itaara.

Ao participar do projeto foi possível visualizar algumas das questões que serviram como incentivo para a realização deste trabalho, sendo a principal, a escassa participação comunitária. Foi então que surgiu o interesse por parte da pesquisadora em contribuir com a rádio comunitária de sua cidade

Em relação ao **percurso metodológico**, o trabalho apresenta como base teórica capítulo 1, intitulado Comunidade e Comunicação Comunitária que está dividido em duas partes: primeiramente busca-se compreender o conceito do termo comunidade, assim como características e peculiaridades da constituição de uma comunidade. Após, é discorrido sobre outro conceito muito importante para a realização deste trabalho: comunicação comunitária.

O capítulo 2, que tem como título Participação e Rádios Comunitárias, apresenta o contexto histórico da participação, sua importância e suas possibilidades de realização em meios de comunicação. Após, busca-se expor como a participação comunitária pode servir de instrumento para democratizar a comunicação. São então abordados os níveis de participação da comunidade em rádios comunitárias propostos pela autora Peruzzo (1998). E por fim, é apresentada a trajetória histórica das rádios comunitárias, bem como suas particularidades e características legais deste meio radiofônico comunitário.

No capítulo 3, são elencados os procedimentos metodológicos deste estudo, sendo que em um primeiro momento, foi realizado um diagnóstico geral sobre o cenário que circunscreve o objeto de estudo. Também, fez parte da metodologia, um grupo focal com pessoas do município a fim de apresentar as percepções sobre a participação comunitária na rádio.

Na sequência realizou-se entrevistas com pessoas ligadas à gestão da rádio e à produção dos programas. Também contribuiu para estudo, dados³ coletados no ano de 2011 com a comunidade ivorense que trazia como tema a rádio comunitária. Considera-se parte destes dados atuais, pois se acredita que poucas mudanças tenham ocorrido até então na gestão da rádio, servindo como um importante material de apoio para a análise.

² Os municípios participantes desse projeto de extensão foram: Nova Palma, Faxinal do Soturno, Ivorá, Dona Francisca, São João do Polêsine e Restinga Seca, integrantes da Quarta Colônia de Migração Italiana, além de Agudo e Itaara que não fazem parte da Quarta Colônia, mas também foram englobados por esse projeto.

³ Os dados descritos foram coletados através de diagnósticos realizados com base em pesquisas de opinião e pesquisas de campo no município no ano de 2011, intitulada Tecnologia Social para Inclusão e Apropriação do Fazer Midiático por Associações de Rádios Comunitárias da Quarta Colônia.

Durante o desenvolvimento do estudo, por motivos que serão investigados e apresentados ao longo deste trabalho, a rádio comunitária ivorense foi retirada do ar. A partir deste fato, os esforços passam a ser também para a reabertura do meio comunitário. Este estudo espera contribuir em uma avaliação pelos comunitários do que uma rádio comunitária representa em termos de democratização da comunicação e o quanto ela é importante para o envolvimento dos cidadãos para pensar o local, seus problemas e suas soluções.

1 COMUNIDADE E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Neste capítulo abordaremos os conceitos de comunidade e comunicação comunitária, apresentando algumas características e peculiaridades que se fazem presentes nesses conceitos. Para isso, serão levadas em consideração as obras de Buber (1987), Paiva (2003), Tönnies (*apud* FERNANDES, 1973) e Peruzzo (1998), entre outros.

1.1 A constituição de uma comunidade: definições e peculiaridades

Entender como se define uma comunidade é um processo complexo, uma vez que este conceito apresenta diversas interfaces e está em constante transformação. Para o percurso histórico, iniciamos então com Tönnies, autor que aborda o conceito de comunidade em oposição ao de sociedade. Para Tönnies (*apud* FERNANDES, p.96, 1972),

a relação e conseqüentemente a associação podem ser compreendidas como uma vida real e orgânica, o que seria a essência da comunidade, ou então podem ser vistas como uma representação virtual e mecânica, que seria segundo o autor o conceito de sociedade.

Conceitua-se comunidade como sendo um grupo de indivíduos com relações recíprocas, que se serve de meios comuns para então buscarem fins comuns. O exemplo e a conceituação apresentados por Tönnies (*apud* FERNANDES, 1972), sugerem que denominemos comumente no nosso dia-a-dia o termo “comunidade” a um povoamento, uma aldeia, um bairro, uma cidade ou até mesmo a uma nação. Ainda segundo o autor, as bases para uma comunidade são *localidade* e *sentimento de comunidade*.

Localidade seria antes uma das bases para a comunidade porque segundo Tönnies, sempre uma comunidade teria uma habitação local, embora esta estivesse sujeita a mudanças. Já o fator *sentimento de comunidade* esta ligado ao contato e a ter interesses em comum dentro de um grupo. É necessário que haja compartilhamento para então haver sentimento de comunidade.

De acordo com Castells (1999, p. 84), no mundo atual, as comunidades são construídas a partir dos interesses e anseios de seus membros, o que faz delas fontes específicas de identidades. O autor destaca que tais identidades podem nascer da intenção em

manter o status *quo*, ou então de resistir aos processos dominantes e às efemeridades do mundo globalizado, ou ainda de buscar a transformação da estrutura social.

A partir do momento em que é possível interpretar características da identidade de determinada comunidade, é possível fazer com que esta identidade esteja representada nos meios de comunicação comunitária, possibilitando assim, a criação do sentimento de pertencimento sobre aquele meio por parte dos cidadãos. Paiva (2003, p.78) destaca que

(...) nunca é demais ressaltar que falar de comunidade significa ter sempre de entrar no campo religioso, principalmente cristão, porque estão implícitos os conceitos de fraternidade, reciprocidade, confiança, comunhão. Faz parte do ideal cristão a vida baseada na igualdade e na harmonia entre os indivíduos, ao passo que a perspectiva de existir em comunidade aporta nestes conceitos como necessidade de sobrevivência.

Baseando-se nas colocações de Paiva, fica compreensível o fato de que muitas comunidades são formadas basicamente por algum tipo de laço religioso, seja ele cristão ou de qualquer outra religião. É comum presenciarmos grupos que se unam em torno deste tipo de identificação, principalmente em cidades pequenas e mais interioranas, onde poucas religiões são difundidas e os indivíduos acabam unindo-se em grandes grupos em torno de uma única ou então de poucas religiões.

Segundo Peruzzo (2006, p.14), outras características que devem estar presentes em uma comunidade são a existência de um modo de relacionamento baseado na coesão, convergência de objetivos e de visão de mundo, interação, participação ativa, compartilhamento de identidades culturais, corresponsabilidade e caráter cooperativo.

Paiva (2003, p. 72) observa que cada vez mais há um declínio de importância da comunidade local. Segundo a autora, a identificação territorial cede espaço agora para identificações que são pautadas por outros referentes, como por exemplo, ideologias, classes sociais, entre outros.

Peruzzo (2004) também reforça a ideia de que a proximidade geográfica somente não é mais suficiente para a existência de uma comunidade. Para Peruzzo, é necessário que haja laços de comunhão entre os integrantes de determinada região, que os mesmos tenham objetivos em comum e conversem entre si.

Para Paiva (2003), o homem social da era neoliberal é altamente individualista e competitivo, praticando atualmente a cultura do “salve-se quem puder, a qualquer custo”. O termo comunidade aparece, então, como uma opção para resgatar a solidariedade entre os indivíduos, dando vez ao lado afetivo que muitas vezes é atribuído ao conceito.

Porém, é preciso ter clareza em relação a este lado “afetivo” do conceito de comunidade que alguns autores pregam e entender que se torna cada vez mais difícil encontrar comunidades que consigam se unir em torno deste tipo de sentimento, buscando interesses do bem comum. Sabemos, embora, que este seria o ideal: pessoas unindo-se em prol de algo, sem nenhum instinto individualista.

Muitas vezes o que falta para que isso de fato aconteça, é que se identifique uma causa, a razão para a comunidade unir-se. Às vezes, esta causa pode ser uma associação ou então um meio de comunicação comunitário. Aliás, mais do que isso, é uma possibilidade de ver um pequeno município – como é o caso de Ivorá, município pesquisado – fazendo sua própria comunicação, a partir do modo que desejar e desenvolvendo seus próprios protagonistas.

Sabemos ainda que uma comunidade pode encontrar obstáculos para a união de seus indivíduos em prol de um bem comum, como por exemplo, a acentuada divisão política que costuma ocorrer em municípios pequenos, como é o caso de Ivorá/RS. Este fator limita bastante a interação dos munícipes em vários aspectos, o que torna prejudicial o desenvolvimento de toda a comunidade. Para solucionar este problema, é necessário criar mecanismos de participação comunitária e difundir a ideia da importância existente sobre essa participação.

Ainda sobre a comunidade Ivorense, é possível afirmar⁴ que esta encontra dificuldades em manter sua população jovem fixada à comunidade e integrada com os dilemas e oportunidades que a mesma se depara. A maioria acaba deixando a cidade em busca de melhores oportunidades e prefere, assim, ausentar-se das questões que norteiam a comunidade, e tampouco costumam apresentar algum retorno para o município, posteriormente, tornando-se apenas um local de visita para os jovens que ainda possuem famílias residindo na cidade.

Desenvolver as competências comunicativas e sociais entre os jovens da comunidade ivorense e os demais membros da comunidade local pode então demonstrar a importância de se fazer presente e atuante em uma comunidade pequena a comunicação comunitária. E deste modo poder propiciar a melhoria de diversos fatores, como por exemplo, a união da comunidade em prol de causas sociais, a diminuição da separação em virtude de fatores políticos, a melhor compreensão da importância de se ter um meio de comunicação no município, entre outros.

⁴ Novamente aqui são apresentadas observações realizadas pela pesquisadora enquanto residente no município de Ivorá/RS.

Pode, inclusive, evidenciar a importância de se ter uma fixação do jovem à sua comunidade, ou então desse mesmo jovem após encontrar melhores condições de desenvolvimento em outro local, dar um retorno para sua comunidade, seja com sua presença atuante ou então com alguma outra forma. Isso se deve ao fato de que a experiência comunitária pode provocar processos de reflexão, elaboração de crítica social e comportamentos de mobilização social, fazendo com que seja crível observar a necessidade de desenvolver seu papel diante da comunidade.

1.2 Comunicação comunitária

A partir do momento em que entendemos como se constitui uma comunidade, faz-se necessário, compreender como o conceito de comunicação comunitária está ligado a ela – comunidade. Segundo Peruzzo (2006), a comunicação comunitária também é conhecida como comunicação popular, alternativa, participativa, horizontal e dialógica.

Essas denominações convergem para o que comumente se chama de comunicação comunitária, representando uma forma alternativa de comunicação, originada nos movimentos populares dos anos 1970 e 1980 na América Latina. Em um cenário marcado pela censura e repressão, os trabalhos comunitários eram então produzidos clandestinamente e a comunicação alternativa que emergia apresentava uma abordagem crítica ao contexto autoritário da época no Brasil. A comunicação comunitária surge então como instrumento alternativo em relação à negação da liberdade de expressão presente no momento.

No conjunto, a comunicação alternativa representa uma contra comunicação, ou outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e ‘comunidades’, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social (PERUZZO, 2010a, p.16 – Grifos da autora).

Peruzzo ainda destaca que em síntese, comunicação comunitária é uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política (PERUZZO, 2006). Podemos destacar também que a comunicação comunitária surge em um movimento que busca a democratização dos meios, fazendo uso de políticas de comunicação e de mobilização social.

Em geral, ocorre que a mídia massiva comercial e a sua produção vertical fazem uso muitas vezes do seu poder de comunicação a favor das classes dominantes, preocupando-se apenas com o lucro a seu favor. Em função disso, é atribuído aos meios de comunicação alternativos e/ou comunitários a responsabilidade de valorizar identidades locais e de incentivar a pluralidade de vozes, já que nos meios comerciais o estímulo à participação é bastante restrito.

A comunicação massiva comercial, em geral, não valoriza a participação, fundamental para as práticas sociais e para a construção da cidadania. Lembrando o que disse Peruzzo (1998, p.137), a questão não é “demoniar” ou “endeusar” uma ou outra forma de comunicação, mas optar pelas alternativas que garantam os melhores resultados às dinâmicas coletivas peculiares a cada entidade. “A ideia aqui não é eliminar as estruturas do poder, mas, por meio da participação torná-lo democrático” (PERUZZO, 1998).

No Brasil, segundo Peruzzo (2006) desde o fim do século passado, o termo mais adotado é comunicação comunitária. Entende-se, nesse sentido, que a principal característica, referente à comunicação comunitária, é a questão de ter acima de tudo “o povo” como principal protagonista. Caracteriza-se também por possuir

(...) processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle dos movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos (PERUZZO, 2006, p. 09-10).

Sendo assim, não se refere somente ao direito do cidadão à informação, apenas como receptor, sem haver interação. Comunicação comunitária se refere ao cidadão, à comunidade – como anteriormente citada – como emissor protagonista da gestão e emissão de conteúdos, propiciando assim a construção de novos processos comunicacionais, em que informar e comunicar à comunidade passa a ser um direito e um dever da própria comunidade. Por isso, a comunicação comunitária pode ser compreendida como

o canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível socioeconômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local (PERUZZO 2006, p. 09 *apud* DELIBERADOR; VIEIRA, 2005, p.8).

A comunicação comunitária faz referência ao uso dos meios de comunicação pelas comunidades. Comunidades estas, que através da comunicação comunitária aprendem a organizar-se, e então poderão usufruir deste canal para divulgar suas inquietações e integrar seus membros.

Os meios de comunicação comunitários têm um papel específico e crucial na habilitação do acesso e participação de todos na sociedade da informação, sendo que estão mais facilmente ao alcance do povo, se comparados à grande mídia⁵. Peruzzo (2002) constata:

São esses meios de comunicação que mais potencializam a participação direta do cidadão na esfera comunicacional. Primeiro porque se situam no ambiente onde as pessoas vivem, conhecem a localização e podem se aproximar mais facilmente. Processo que é facilitado quando a comunicação se realiza a partir de organizações dos quais o cidadão participa diretamente ou é atingido por suas ações. Segundo porque se trata de uma comunicação de proximidade. Ela tem como fonte a realidade e os acontecimentos da própria localidade, além de dirigir-se as pessoas da ‘comunidade’, o que permite construir identificações culturais (PERUZZO, 2002, p.11).

Neste sentido, podemos citar como exemplo o propósito das rádios comunitárias, que buscam exatamente o que Peruzzo (2006) define como a comunicação comunitária. Entretanto, vale salientar que a mesma não se caracteriza como algum tipo de mídia, mas sim como um processo comunicacional, que se utiliza de um dispositivo midiático para tal.

A participação é indispensável a qualquer prática da comunicação comunitária. Não há cidadania plena sem participação. Assim, a comunicação passa a ser apresentada como instrumento de cooperação para o exercício da cidadania.

A comunicação comunitária gera conhecimento por seu processo e conteúdo. O processo é o aprendizado de organização popular, bem como o conteúdo que divulga informações e manifestações culturais. Nesse sentido, a comunicação comunitária em sua prática produz conhecimento de novas formas de se relacionar com a sociedade e promove a troca de conhecimentos e vivências entre indivíduos.

Peruzzo (2001, p.111-127) também relaciona essa prática à educação informal. A autora reforça que a relação entre a *práxis* cotidiana e o interesse grupal pode levar os participantes envolvidos a gerar educação informal, que fortalece as culturas populares e a cidadania.

Ainda para Peruzzo (2007, p. 88)

⁵ Grande mídia é a expressão usada para designar os principais veículos do sistema de comunicação social, considerando os setores tradicionais. São exemplo as emissoras de rádio e de televisão, os jornais, as revistas, entre outros. Neste contexto estão inseridos apenas os veículos privados de comunicação.

Uma comunicação que é chamada de comunitária, popular, participativa ou alternativa e que tem como finalidade a transformação dos mecanismos opressores e o desenvolvimento integral das pessoas. Desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, artísticas, de convívio social, aprimoramento para o exercício de atividades profissionais e para a melhoria das condições de existência.

Deste modo, evidencia-se a ligação entre comunidade e comunicação comunitária. Sem haver a identificação de uma comunidade, a comunicação comunitária não pode se fazer presente. Primeiramente há uma comunidade, há interesses, laços em comum, e então surge a necessidade de manifestação, de haver um meio pelo qual ela possa se expressar. Eis que então surge a comunicação comunitária, possibilitando dar voz e vez a esses grupos.

Além de ser uma forma de discutir e tentar solucionar os problemas sociais, a comunicação entre os membros de uma comunidade é uma maneira de cultivar a cultura dos grupos comunitários, incentivando a criatividade nos jovens e mostrando-lhes caminhos para seu futuro através das experiências dos indivíduos mais velhos. No momento em que a comunidade passa a se preocupar com o meio em que vive, a cidadania passa então a se concretizar.

Em relação aos meios de comunicação comunitários, é notório que muitas vezes estes são considerados somente como um canal de expressão da comunidade, dando possibilidades para serem manuseados de formas sem planejamento, com amorismo. Como salienta Paiva (2003, p. 142),

o manejo correto das técnicas vale-se do princípio de que por ser comunitário o veículo não deve ser descuidado e pouco profissional. O rigor técnico orienta-se no sentido de uma utilização a mais correta possível da linguagem dos veículos, tornando-os atraentes para que possam atingir seus objetivos.

Esses cuidados se fazem necessários para que a comunicação comunitária não perca sua essência, e continue de fato sendo comunicação para a comunidade. Por isso, o surgimento de um meio para a comunicação comunitário pode estar atrelado a vários fatores Segundo Paiva (2003, p. 145),

o surgimento de um veículo comunitário pode ter justificativas que vão desde a necessidade de promover a circulação de informação entre os membros de uma comunidade, possibilitando assim vínculo mais estreito entre eles, até a divulgação de propostas de reivindicações. Mas de qualquer forma se faz presente a necessidade de ter um meio pelo qual uma comunidade possa se fazer atuante e presente diante de um contexto de minorias em relação a comunicação de massa.

Para Paiva então, um veículo comunitário surge com a finalidade de fazer um contraponto aos meios de comunicação massivos e comerciais que detêm a grande maioria dos espaços comunicacionais e que não possibilita a participação da comunidade em seu contexto a não ser como espectador.

Segundo Peruzzo (1998), a comunicação massiva e comercial, em geral, não valoriza a participação, fundamental para a construção da cidadania. Por isso, consideramos que, apesar de suas contribuições e potencialidades, como oferecer ampla visibilidade a comunicação massiva não se constitui como a melhor opção para as entidades sem fins lucrativos.

A comunicação comunitária se torna ainda mais interessante quando esta tem a oportunidade de se difundir em um pequeno município. Isso porque como existem poucos habitantes, todos – ou a grande maioria - teoricamente poderiam se fazer atuante no meio comunitário de alguma forma. Todavia, existem diversos entraves que dificultam esse processo, sendo que podemos elencar como o principal a falta de pretensão da própria comunidade muitas vezes em produzir comunicação comunitária.

Para romper com esta barreira inicial é necessário que se desmistifique alguns fatos a respeito da comunicação comunitária e se difunda a sua importância perante a comunidade, para esta então passar a ter os conhecimentos necessários acerca das formas e meios possíveis no seu contexto. Que no caso do município de Ivorá, pode ser definido como a rádio comunitária local.

Contribuindo com os conceitos aqui apresentados, a seguir serão feitas considerações acerca da participação e de rádios comunitárias, buscando a formulação da ideia de que um conceito se relaciona com o outro e necessita dos demais para ser um instrumento mais completo compreendendo todos os aspectos já apresentados até este ponto.

2 PARTICIPAÇÃO E RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Este segundo capítulo apresenta contexto histórico da participação, sua importância e algumas de suas possibilidades de realização. Após, busca-se expor como a participação comunitária pode servir de instrumento para democratizar a comunicação. São então abordados os níveis de participação da comunidade em rádios comunitárias propostos pela

autora Peruzzo (1998). E por fim é apresentada a trajetória histórica das rádios comunitárias, bem como suas particularidades e características legais deste meio radiofônico comunitário.

2.1 Participação comunitária

As questões que permeiam a participação comunitária são diferentes em cada região, e muitas vezes estão atreladas ao contexto histórico de cada país. Segundo Peruzzo (1998), nota-se que na América Latina não existia essa tradição, e por isso é se torna difícil alcançar um grau de participação mais elevado e concreto. Para que isso ocorra é necessário que haja envolvimento do povo, conscientização da importância de se fazer presente.

Demo (2001, p.83) afirma que participação não é dada, não é dádiva, mas sim, reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada. Em suma, para Demo, participação é conquista.

O Brasil já está em processo de desencadeamento de uma maior participação, porém, este ainda é lento e precisa ser enraizado pela sociedade, é preciso que o povo perceba o quanto pode/deve contribuir com seu país/estado/cidade/bairro no momento em que se faz presente, em que busca criar canais de participação ativa.

O fato de se considerar a participação como dádiva e algo pré-existente, subtrai dela seu sentido principal de conquista por meio de lutas. Atribuir a ideia de uma concessão a reduz a um plano secundário na política social, transformando-a em um benefício proporcionado pelo Estado.

A ideia de participação precisa ser instituída lentamente, já que, como foi citado acima, este é um processo consideravelmente novo no Brasil. Mas para este conceito estar realmente ativo e efetivo na sociedade, é preciso ter a clareza de que participação exige um olhar sobre o outro e sobre o coletivo. É necessário unir forças para o bem comum, pensar na coletividade e deixar de lado o individualismo. Demo (2001, p. 88) nos diz que

(...) participação comunitária não é simplesmente a oferta voluntária de tempo ou recursos, mas resulta da participação dos cidadãos nos processos de decisão a favor da comunidade, implicando um envolvimento efetivo nos processos de decisão nos grupos, organizações e comunidades.

Ao haver participação comunitária é possível não somente desenvolver o crescimento das organizações coletivas, mas também das pessoas na condição de sujeitos. A participação

que objetiva-se com este trabalho não é de forma alguma dominadora, é constituída em processos que favoreçam a participação democrática, ativa e autônoma.

Segundo Demo (2001, p.18), não existe participação suficiente, nem acabada. É um processo constante. Isso ocorre porque a participação é, como Demo alega, um processo, e neste sentido, este processo está continuamente sofrendo transformações e nunca será da mesma forma. Participação é um processo infundável, no qual não se pode colocar um ponto e delimitar sua conclusão.

Sabemos que ainda hoje existem circunstâncias – embora em casos extremos – em que não há a mínima oportunidade de participação em canais por parte da comunidade. Os obstáculos à comunicação participativa são muitos, e podemos citar como exemplo, as lideranças marcadas pelo autoritarismo, a presença de interesses pessoais e políticos e ainda a própria indiferença e conformismo de grande parte da população.

É necessário compreender que a participação não é a exclusão ou eliminação do poder, mas outra forma de poder, pois é necessário que se tenham líderes na comunidade para de fato conduzirem os processos participativos. É preciso que existam os indivíduos que despertem nos demais membros da comunidade a vontade de participar e não somente quando for chamado ou solicitado, recaindo assim na comodidade. Diante disso, Demo (2001, p.23) nos diz que a participação só é verdadeira quando conquistada.

E isto fundamenta a dimensão básica da cidadania. Não só deveres; há direitos também. Por exemplo, é dever do Estado garantir que toda criança em idade escolar esteja na escola da melhor forma possível, o que corresponde a um direito das famílias; por outra, também é dever das famílias cooperar neste processo, assumindo-o como questão sua e não somente do Estado (DEMO, 2001, p. 23).

Demo afirma que é mais prático receber tudo dos outros e que infelizmente talvez não seja um hábito dos indivíduos participar, e por isso se torna tão necessário haver um incentivo, e o caminho ser apresentado. Na verdade, é uma situação provocada historicamente por uma sociedade autoritária e que convive com regimes autoritários. A tal ponto, que a participação assusta (DEMO, 2001, p. 25). Ressalta-se novamente a importância da presença de um líder neste ponto e também de serem demonstradas as diversas formas pelas quais a participação possa ocorrer.

Dentre os tantos objetivos da participação, para Demo (2001, p.70-71) destaca-se o fato de a participação ser vista como um caminho para se alcançar um determinado objetivo. Além disso, processos participativos acentuam a cidadania organizada, ou seja, não a individual, por mais que esta também tenha sua razão de ser.

Na comunidade Ivorense, ocorre que a população costuma participar apenas em determinadas épocas, em torno de alguma data comemorativa ou então quando se faz necessário protestar em detrimento de algum acontecimento. Este fato além de comprometer o bom andamento dos processos participativos em função de que em boa parte do ano a participação não ocorre, ocasionando assim a sua falta, também esta pode ser vista com olhares duvidosos por parte da população. De fato, pode-se dizer que só há a participação por interesse de quem a faz.

Por outro lado, no município é claro a presença de vários líderes, sendo que estão presentes em várias instâncias, desde educacionais, políticas até religiosas. É possível buscar meios e através destas pessoas conscientizar as demais sobre as melhores formas de participação e a importância desta realizar-se durante todos os períodos.

2.2 A participação comunitária como forma de democratização da comunicação

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo indivíduo pode participar da vida da comunidade, e uma possibilidade entre tantas de se realizar esta participação é na comunicação, onde se compreende todos os níveis e todos os meios para de fato efetivar essa participação (PERUZZO, 1998, p. 275).

Entendendo por este viés, a partir da construção de mídias que pensem a comunicação como um direito humano, é possível compreender estes canais como uma forma de democratização da comunicação, uma vez que possibilitam a participação a partir de várias instâncias.

Uma cartilha desenvolvida pelo FNDC⁶ aponta de forma muito clara a questão da necessidade de haver a democratização da comunicação. Ao indagar ao leitor qual o papel da sociedade neste processo, o documento cita a seguinte reflexão sobre as mídias:

Pense nessas mídias como se fossem as praças ou os parques do seu bairro. Em geral, numa praça qualquer um pode entrar, sentar e falar o que pensa desde que não incomode o vizinho. Mas e se existirem poucas praças? Ou se o parque estiver cercado por um muro alto e for cobrado ingresso para usá-lo? E se neste lugar, só puderem falar os amigos do zelador do parque? Atualmente, no Brasil, é assim que funciona a maioria das redes de rádio e TV e os jornais e as revistas: como se fosse uma espécie de “clube”, ao qual só um time de seletos convidados tem acesso (CARTILHA FNDC, s.d., p. 04).

⁶ Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) que congrega entidades da sociedade para enfrentar os problemas da área no país. Disponível em <http://www.fndc.org.br/> Acesso em: 10/11/2014.

Deste modo, é preciso que a sociedade brasileira se conscientize que possui condições de democratizar a comunicação no país. Mas para isso ocorrer, é necessário que as comunidades se capacitem e saibam usar adequadamente o poder que possuem, principalmente no que diz respeito à participação nas mídias comunitárias, que passam a ser uma das primeiras opções para a democratização ocorrer.

A participação é então um dos maiores atos democráticos que os indivíduos podem exercer. É através da participação que aprendemos a eleger, a estabelecer um rodízio de poder, a exigir que os eleitos sirvam à comunidade, e assim por diante. Infelizmente, ocorre que muitas vezes a população não faz ideia disso, não entende o seu grande papel e o poder que esta em suas mãos. Participação é mais do que um direito, é um dever do ser humano consigo mesmo, para que este comece a mudar a realidade que tantas vezes critica.

Mas para que a participação e democratização da comunicação de fato ocorram, é fundamental despertar a consciência crítica do indivíduo para essa realidade e sobre sua responsabilidade enquanto protagonista dos processos comunicacionais. Desta forma, a participação ativa precisa ser conquistada.

Porque devemos democratizar a comunicação através da participação comunitária? Esta indagação dá lugar a diversas respostas. No mundo atual, ter o direito de manifestar nossos pensamentos, nossas crenças religiosas ou então um discurso político se torna fundamental à vida em sociedade. Como a Cartilha FNDC (s.d, p.31) salienta, “não existe democracia sem liberdade de expressão. Mas o interessante em tudo isso é saber que assim como temos o direito de falar, devemos lutar pelo direito de ouvir.” Sendo assim, para haver democracia, a liberdade de expressão e o direito de comunicação devem ser uma via de mão dupla, uma complementando a outra.

Todavia, como Demo afirma, se participação é conquista, esta deve ser conquistada aos poucos, nas condições aonde ainda não é vista de forma aceitável. E este processo necessita ser lento, aos poucos, para não gerar atrito em ambas as partes envolvidas.

[A participação popular] é um processo longo e lento, que não se dá de um dia para o outro nem ao longo de um ano de trabalho. Pode levar muito tempo até que um grupo chegue ao grau de maturidade e consciência crítica que lhe permita superar seus conhecimentos culturais e dialógicos, tornando possível uma efetiva participação autônoma na comunicação (KAPLÚN, 1987, p.70 *apud* PERUZZO, 1998, p.147).

Ainda conforme Demo, para que de fato se realize a participação, é preciso encarar o poder de frente, partir dele, e, então, abrir os espaços de participação, numa construção arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro (DEMO, 2001, p.20). Apesar do lento processo, segundo Peruzzo (2004 p.06) quanto mais houver emissores, mais se torna possível democratizar a comunicação e dessa forma realizar uma participação cidadã. Peruzzo ainda afirma que

Até uma rádio de baixa potência comercial tem seus pontos positivos, afinal pode estar fazendo uma comunicação cidadã, força a democratização do acesso a canais; uma forma de contestar o sistema de controle da mídia, ou seja o oligopólio dos grandes meios de comunicação de massa no Brasil. As contradições são inerentes às sociedades e o espaço comunitário apenas reflete a realidade mais ampla. (PERUZZO, 2004, p.06)

Entretanto, sabemos que muitas vezes a questão da participação em meios comerciais pode ser barrada ou então fragmentada e, então, para poder usufruir do direito de tornar-se produtor de mensagens, e não somente receptor, o indivíduo pode e deve fazer uso dos meios de comunicação comunitária, que é a saída para a democratização da comunicação encontrada pelas organizações populares frente à comunicação de massa.

Peruzzo (2004, p. 17) destaca que “democracia no poder de comunicar é condição para ampliação da cidadania. É um caminho para o exercício da cidadania em sua dimensão cultural, que por sua vez se entrelaça nas lutas pela democratização das outras dimensões da cidadania, como a econômica e a política”.

Deste modo, é possível salientar que a participação comunitária ganha o poder de contribuir para o aumento da cidadania, não somente, segundo Peruzzo (2004, p. 20) pelos *conteúdos* crítico-denunciativos reivindicatórios e anunciativos de uma nova sociedade, mas pelo *processo* de fazer comunicação. Há uma relação dinâmica entre comunicação e educação que merece ser analisada.

A participação nos meios de comunicação popular na América Latina, segundo Peruzzo (2004, p. 19) vem se realizando em níveis distintos, dependendo das ações traçadas que tem por base princípios democráticos (mais ou menos desenvolvidos) postos em prática. Nesta perspectiva, serão abordados no próximo item deste trabalho, algumas formas de participação e de que modo elas podem ser relacionadas.

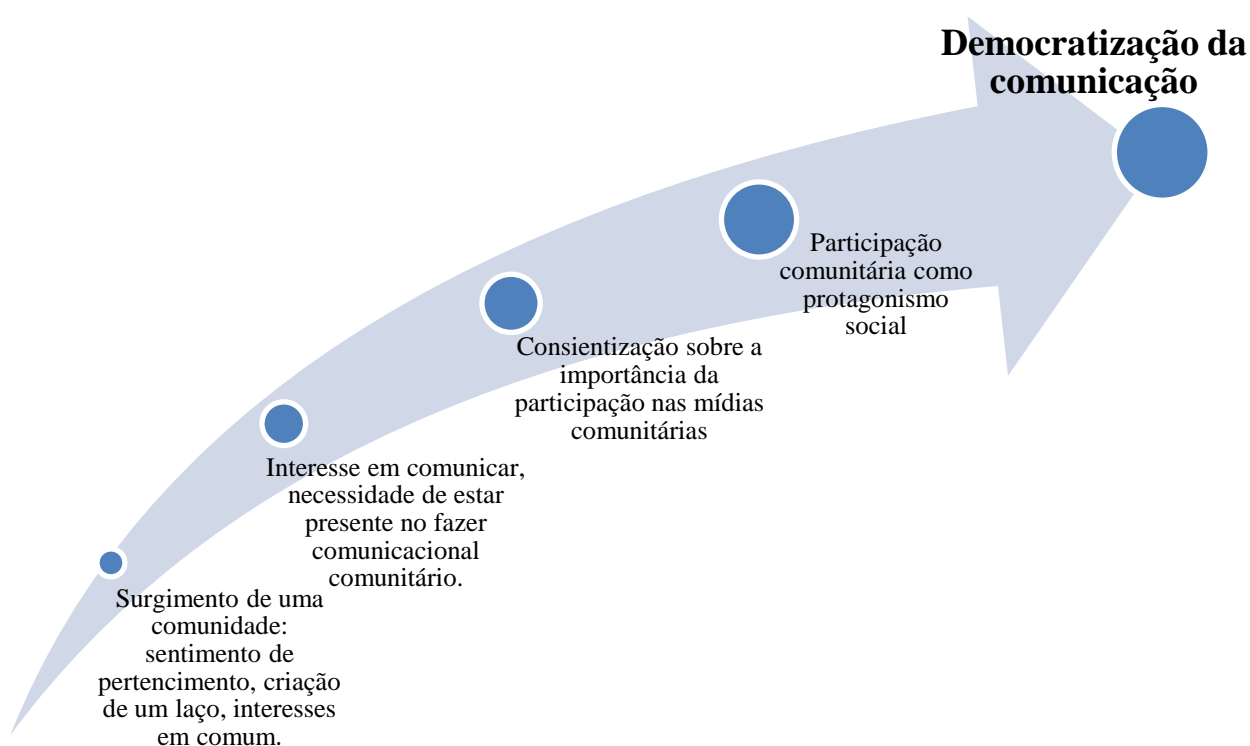
A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania (PERUZZO, 2007, p. 189). Mas ocorre que muitas vezes o que poderia vir a ser um espaço de democratização, como por exemplo, a participação em emissoras de rádios comunitárias, fica

comprometido, tendo em vista a sua gestão não se apresentar como um mecanismo facilitador de um processo democrático de participação, como sujeito de proposição na experiência do fazer radiofônico, mas como reproduzidor do modelo da grande mídia, ou seja, centralizador das decisões, não abrindo espaço à participação comunitária.

Segundo Medeiros (2009, p. 13) a estrutura organizacional de uma rádio comunitária, como também a sua produção radiofônica, deve se configurar como processos e práticas sociais que contribuem para a democratização da comunicação. Sendo assim, somente com a inserção da comunidade nas decisões dos processos produtivos de uma emissora será possível que esta se caracterize como democrática e participativa.

Para sintetizar de que forma a participação comunitária pode ser vir a democratizar a comunicação, ilustramos, com a figura 1, o percurso da democratização da comunicação.

Figura 1: percurso para a democratização da comunicação



Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com a figura acima, para se alcançar a democratização da comunicação, é necessário percorrer um trajeto, um percurso, um processo. Esse processo, compreendemos que inicia na constituição de uma **comunidade**, no nascimento de laços, de vínculos e do surgimento de interesses em comum entre pessoas de um determinado local. Após isso, se faz necessário que esta comunidade desperte o interesse pelo fazer comunicacional, de informar sobre os acontecimentos do bairro, discutir sobre assuntos que tenham vínculo com a sua comunidade, etc. Pode-se então criar mecanismos para que esta comunicação ocorra, como emissoras de TV e rádio comunitária. Surge então a **comunicação comunitária**. O passo seguinte é a conscientização da comunidade citada anteriormente para seu dever e direito à **participação comunitária** nos meios de comunicação. Essa participação ocorre quando a comunidade participa da gestão e/ou da programação de um veículo comunicacional comunitário.

A partir do momento em que a comunidade que agora possui meios para a realização da comunicação comunitária, começa a participar da gestão e/ou da programação de um meio comunitário, é possível então que ocorra o início da **democratização da comunicação** naquele ambiente. Mas para que isso ocorra, a comunidade deve de fato participar conforme os níveis elencados pela Peruzzo (1998), que são apresentados na próxima sessão. A autora apresenta várias possibilidades de participação, englobando as formas mais simples – mas que ainda são meios de participação – até modos mais presentes e atuantes em um veículo comunitário, como a gestão, por exemplo.

Existem muitos movimentos que tornam como sua bandeira a democratização da comunicação e, atualmente, podemos citar como exemplo, a campanha realizada pela FNDC intitulada “Para expressar a liberdade”. Essa campanha tem como preceitos a ampliação da liberdade de expressão, para haver mais pluralidade na televisão e no rádio. Com base nesse cenário, entidades da sociedade civil e do movimento social se organizaram para encaminhar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações para regulamentar o que diz a Constituição em relação às rádios e televisões brasileiras. A marca de um milhão e trezentas mil assinaturas colocará o Projeto de Iniciativa Popular por Mídia Democrática em debate no Congresso Nacional.⁷

Este projeto de lei está baseado em vinte pontos visados como objetivos e princípios. Segundo informações da página na internet da campanha, o novo marco regulatório deve

⁷ Texto de referência disponível em: < <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/index.php/2013-04-30-15-58-11>> Acesso em: 10/11/ 2014.

garantir o direito à comunicação e a liberdade de expressão de todos os cidadãos e cidadãs, de forma que as diferentes ideias, opiniões e pontos de vista, e os diferentes grupos sociais, culturais, étnico-raciais e políticos possam se manifestar em igualdade de condições no espaço público midiático. Nesse sentido, ele deve reconhecer e afirmar o caráter público de toda a comunicação social e basear todos os processos regulatórios no interesse público⁸.

É possível identificar, então, que há sim medidas sendo tomadas para que de fato a participação popular esteja presente frente ao modelo de democratização da comunicação em nosso país.

Na figura a seguir, (figura 02) são elencadas características da participação comunitária e da democratização da comunicação.

Figura 2: características presentes na participação comunitária e na democratização da comunicação.



⁸ Idem.

Fonte: elaboração da autora.

A interpretação que as pesquisadoras fazem a respeito dessas características é de que tanto a participação comunitária quanto a democratização da comunicação são indissociáveis. Ambos os conceitos apresentam-se como co-processos que, para serem viabilizados, devem estar presentes nas mídias comunitárias. Participação e democratização são fenômenos que se realizam pela ação dos indivíduos e que visam provocar transformações sociais, culturais e comunicacionais. Isso demonstra a importância de se desenvolver a participação comunitária para a democratização da comunicação, pois a partir delas se desenvolvem atores sociais críticos, capazes de lutar por uma sociedade mais cidadã. A seguir serão apresentados os níveis de participação elaborados pela autora Peruzzo (1998).

2.3 Níveis de participação comunitária nas Rádios Comunitárias

A autora Peruzzo (1998) lista em sua obra *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania* elenca níveis de participação que procuram favorecer o entendimento do caminho percorrido nos processos de participação em um meio radiofônico comunitário. Esses níveis variam de acordo com a intensidade da busca dos participantes e com as possibilidades de participação oferecidas pelos representantes da comunidade que coordenam o veículo.

Nesse sentido, baseada em Jorge Merino Utreras, Peruzzo (1998, p.144-145 *apud* UTRERAS 1988, p.28-29) apresenta uma grande contribuição para o entendimento dos meios de comunicação comunitários ao classificar a relação entre os indivíduos e os canais comunitários nos seguintes níveis de participação:

1º) *Participação ao nível das mensagens*: compreende a participação em entrevistas, depoimentos, denúncias, avisos, pedido de músicas, o envio de sugestões, o concorrer em concursos, etc.

2º) *Participação ao nível da produção de mensagens*: é a participação mediante a aplicação das capacidades pessoais e das qualificações técnicas de cada indivíduo. Compreende a elaboração sistemática, periódica ou ocasional de notícias, desenhos, poesias, etc., os quais são transmitidos pelo meio de comunicação. Implica acesso a conhecimentos técnicos.

3º) *Participação ao nível do planejamento dos meios*: compreende a participação popular na definição da política editorial, da estrutura de programação global, dos objetivos, das formas de sustentação financeira, dos princípios de gestão, etc. Implica partilha na tomada de decisões.

4º) *Participação ao nível da gestão dos meios*: compreende a participação popular no processo de administração e controle do veículo ou instituição de comunicação como um todo. Implica no exercício partilhado do poder⁹.

Estes níveis servirão de base para os objetivos do presente trabalho na Rádio Comunitária Ivorense, uma vez que a partir deles será possível observar a participação da comunidade bem como propor ações para que esta seja incentivada.

Segundo Peruzzo (1998, p. 142), é preciso ter claro de que participação estamos falando, uma vez que esta abrange uma diversidade de processos, formas, níveis e intensidades. A participação pode se dar a partir do simples envolvimento das pessoas ocasionalmente fazendo pedidos musicais – no nível das mensagens – ou até mesmo fazendo parte do planejamento, da edição, do manuseio de equipamentos, na gestão, etc.

Ainda, é preciso compreender que a questão da participação deve estar totalmente envolvida com o contexto do local onde esta pretende ser desenvolvida, pois é necessário estar de acordo com a realidade da comunidade para que a participação ocorra voltada para as questões que envolvam. Peruzzo (1998, p. 143) ainda complementa

Sabemos que no nível da comunicação, a participação, além de ser desejável e importante, continua sendo de difícil realização em diversas partes do nosso continente, tanto pelas estruturas dos meios como pelas condições socioeconômicas e culturais de grandes contingentes populacionais.

É preciso também que sejam superadas práticas que ficam restritas somente a algumas lideranças, forjando assim ações democráticas. Deve-se entender e buscar formas para que todos possam participar em qualquer um dos níveis anteriormente citados, não delimitando a forma de participação para um ou outro indivíduo. Uma dos meios de haver participação, é em rádios comunitárias, item que será abordado a seguir.

2.4 Rádios Comunitárias: surgimento e características

⁹ PERUZZO, Cícilia. Maria Krohling. *Pistas para o estudo e a prática da comunicação comunitária participativa*. In: PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. *Comunicação e culturas populares*. Coleção GT'S, INTERCOM n° 5, 1995. p. 147.

No dia 19 de fevereiro de 1998, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 9.612, autorizando o chamado serviço de radiodifusão comunitária, assim definido:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

O serviço de radiodifusão comunitária pode ser explorado apenas por associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos, com sede localizada no setor da prestação do serviço. Ainda segundo a Lei nº 9.612, fica determinado que as estações de rádio comunitárias devam ter uma programação pluralista, sem qualquer tipo de censura, e devem ser abertas para a comunidade sem exceção.

O serviço de Radiodifusão Comunitária surge no Brasil há cerca de quatro décadas de forma tímida e fragmentada. Existem registros das primeiras transmissões em pleno regime militar, na década de 70. Fica claro, então, o caráter de contraponto às emissoras convencionais da época, que eram naturalmente engessadas pela censura militar do governo ditatorial. Estas primeiras transmissões ocorreram da mesma forma que muitas ocorrem nos dias de hoje: de forma clandestina, ou seja, sem a autorização legal para transmitir.

Hoje em dia, os termos rádio pirata, livre e comunitária, que mesmo sendo totalmente diferentes, muitas vezes são empregados como tendo o mesmo significado. Silveira (2001, p. 3-5) distingue como sendo as *rádios piratas*, com origem na década de 1960, na Inglaterra, quando jovens irradiavam a partir de navios ancorados em águas extraterritoriais, para fugir do monopólio estatal; as *rádios livres*, que também apresentavam um modelo alternativo ao modelo oficial estatal, com o diferencial de emitir em terra firme; e, finalmente, as *rádios comunitárias*, que ele classifica como “expressão tipicamente brasileira”, surgidas das necessidades de comunicação de pequenas comunidades que não dispunham de serviço regular de radiodifusão.

A participação da comunidade é uma das razões principais que devem nortear a criação de uma rádio comunitária. Segundo Peruzzo (2005, p. 02) uma rádio comunitária

(...) Transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local; não tem fins lucrativos; contribui para ampliar a cidadania melhorando o nível de informação, educação informal e cultura dos receptores sobre temas diretamente relacionados à sua vida; permite participação ativa das pessoas residentes na localidade e de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e gestão da emissora.

As rádios comunitárias costumam nascer onde há repressão à livre manifestação do pensamento, onde a democracia não está consolidada. Elas nascem no escopo de realizar a resistência política do povo às ações/omissões do Poder Público, a despeito de, por vezes, este estar disfarçado pelo manto da legalidade.

Há uma grande variedade de rádios comunitárias presentes atualmente no país. Existem emissoras ligadas a igrejas evangélicas, católicas; há outras de cunho político, algumas são movidas por interesses comerciais, etc. Ou seja, entende-se que existam emissoras radiofônicas comunitárias e pseudo-comunitárias, que apenas assumam tal rotulação para poder funcionar sob o código legal das emissoras comunitárias.

Mas é necessário analisar de forma individual cada rádio, para então delinear considerações precisas, já que classificar uma grande maioria como sendo ou não de fato comunitária seria um grande equívoco na medida em que cada veículo comunitário possui suas especificidades. Segundo Silveira (2001, p. 259)

(...) as rádios comunitárias tem enorme potencial de democratização, na medida em que, por elas, se começa a romper as cadeias que submetem o povo livre ao domínio de uma pequena e poderosa elite, que prevalece, notadamente, no controle dos veículos de comunicação de massa.

De acordo com o site do Ministério das Comunicações (www.mc.gov.br), as prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária podem transmitir patrocínio sob a forma de apoio cultural, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. Nesse sentido, entende-se por apoio cultural o pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa específico, sendo permitida, por parte da emissora que recebe o apoio, apenas veicular mensagens 17 institucionais da entidade apoiadora, sem qualquer menção aos seus produtos ou serviços. Esta seria uma das formas possíveis para sustentar os gastos que uma rádio comunitária gera, além é claro, de doações da própria comunidade.

Souza (2009, p. 31) aponta que uma rádio comunitária deve tecer uma programação baseada na realidade local,

Não reproduzindo em nível local as pautas jornalísticas da grande mídia comercial, mas prestar atenção aos acontecimentos da vida cotidiana e realizações da própria localidade onde está inserida. É abrir o espaço na programação para que os grupos organizados locais possam veicular seus próprios programas; oferecer espaço para o cidadão se expressar, independente do credo que professa e de suas convicções políticas; desenvolver uma gestão democrática e participativa; promover uma programação no contexto de uma práxis que contribua para o desenvolvimento da cultura e da educação não-formal; ter autonomia. Portanto, não depender de políticos ou de comerciantes, mas criar estratégias juntamente com os parceiros que tenham o mesmo propósito, o de garantir o direito de voz e de democratizar a comunicação (SOUZA, 2009, p.31-32).

Em relação à programação diária, o ideal seria que as rádios comunitárias apresentassem: informação, lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais. Devendo ainda, respeitar todo e qualquer valor ético e social dos indivíduos que façam parte das comunidades onde estão inseridos os veículos comunitários.

Em suma, uma rádio comunitária é aquela que a comunidade reconhece como sendo sua. Ela deve estar na comunidade e servir à comunidade, incentivando a participação comunitária. Por isso, apresentamos, na seção seguinte, de que forma essa participação comunitária pode ser concretizada nas rádios comunitárias, a partir de níveis de participação.

No que tange a rádio comunitária de Ivorá, a ideia inicial de criação da rádio ocorreu no ano de 2004, com a criação de uma associação para então no mesmo ano poder haver o encaminhamento dos documentos referentes à abertura do meio radiofônico na comunidade ivorense. Inicialmente eram quatro pessoas, sendo que alguns eram comerciantes e outros políticos de destaque no município. Após estar dentro das normas técnicas e conseguir toda a documentação legal necessária para o funcionamento, a Rádio Comunitária Ivorense começa a operar no ano de 2009.

A rádio opera na frequência FM 106.3, e conta com uma aparelhagem técnica de ótima qualidade, podendo desempenhar suas atividades de forma totalmente completa. Entretanto, para isso de fato ocorrer, é necessário que exista a participação da comunidade, o que no momento acontece de forma escassa.

Ocorre que mesmo sendo um município pequeno, com cerca de apenas 2.200 habitantes, muitos ainda desconhecem a real origem e significado do termo “rádio comunitária”, imaginando assim que a rádio ivorense possui um “dono” e que dessa forma não é bem vinda a participação popular no meio radiofônico.

3 METODOLOGIA

O terceiro capítulo do presente trabalho tem como objetivo primeiramente apresentar um breve contexto e histórico da rádio comunitária ivorense. Após, são apresentadas as técnicas de coleta de dados que serão utilizadas pela pesquisadora, que ao final são resumidas em um protocolo metodológico. Também apresentamos a análise e interpretação dos dados obtidos, bem como, ações de participação da comunidade ivorense na rádio comunitária baseadas nas características do diagnóstico apresentado.

3.1 Rádio Comunitária Ivorense: construindo o objeto empírico

Este estudo foi realizado com a Rádio Comunitária Ivorense, que tem como sede o município de Ivorá/RS. No ano de 2004, com a abertura da rádio comunitária do município vizinho Nova Palma/RS, um grupo de pessoas percebeu a possibilidade de Ivorá obter uma rádio comunitária também. A partir de informações repassadas pelo presidente da rádio vizinha, deu-se início então a criação da associação, que, posteriormente encaminhou a documentação necessária para o processo de abertura da rádio comunitária em Ivorá.

Após alguns anos de tramitação no Ministério das Comunicações, no ano de 2009, a Rádio Comunitária Ivorense ia pela primeira vez ao ar. Iniciou suas atividades na Rua São José, anexo ao Salão Paroquial, em um espaço cedido pela Paróquia da cidade. Contava neste

ano com cinco pessoas fazendo sua gestão, e possuía estrutura contendo uma mesa de som e computadores, embora simples, contemplava todas as necessidades operacionais do momento.

Sua programação tinha início às 06h com o programa “Mateando na porta do rancho”; logo em seguida ocorria o “Bom dia Ivorá” e pela tarde a programação costumava ser de músicas de diversos gêneros. A rádio opera na frequência 106.3 FM.

No início deste trabalho, a rádio encontrava-se operando em um novo local, já que em virtude de uma reforma, foi solicitado que os equipamentos fossem retirados da antiga sede. Entretanto, no decorrer do presente trabalho, a rádio foi desligada, ficando fora do ar. Seus equipamentos estão alocados na residência de um dos gestores.

O fechamento da rádio deve-se ao fato do grande declínio de participação que houve desde sua abertura até o presente ano, não somente em relação à participação dos ouvintes, mas também de pessoas para realizarem a gestão do meio radiofônico. Torna-se então, fundamental a realização deste trabalho, para que seja possível, ao final, buscar formas de fazer com que a comunidade volte a participar e a rádio vá ao ar novamente.

3.2 Técnicas metodológicas

Para a realização deste estudo, em um primeiro momento, a realização de um diagnóstico geral sobre todo o cenário que circunscreve o objeto de estudo. Para isso será realizado um grupo focal com pessoas do município para poder apresentar um panorama a respeito do que a população sabe especificamente sobre a rádio comunitária Ivorense. Esta técnica foi escolhida, pois segundo Backes *et al* (2011, p.439)

representa uma fonte que intensifica o acesso às informações, seja pela possibilidade de gerar novas concepções ou pela análise e problematização de uma ideia em profundidade. Desenvolve-se a partir de uma perspectiva dialética, na qual o grupo possui objetivos comuns e seus participantes procuram abordá-los trabalhando como uma equipe.

Segundo aponta Gatti, (2005) o trabalho com grupos focais permite compreender os seguintes aspectos: processos de construção da realidade por determinados grupos sociais; práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes. Assim, constitui-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no

trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado.

Para a composição do grupo, Morgan (1998 apud Barbour, 2009, p. 87) destaca que “os grupos focais devem ser homogêneos em termos de contexto de vida, não de atitudes”. Esclarecemos, portanto que são estabelecidos alguns critérios associados às metas da pesquisa, sendo importante uma composição que se baseie em algumas características homogêneas dos participantes, mas com variações entre eles para que apareçam opiniões diferentes ou divergentes. Pensando neste aspecto, foram selecionadas pessoas da comunidade ivorense que têm como ponto incomum a questão da liderança em determinado grupo, mas que ao mesmo tempo pertençam a grupos diferentes.

Os indivíduos¹⁰ escolhidos para participar do grupo focal foram:

- 1– Representante de escola pública: sexo feminino, 43 anos, ensino superior completo em pedagogia e ciências biológicas.
- 2 – Líder religioso: sexo masculino, 38 anos, ensino médio completo.
- 3 – Comerciante: sexo feminino, 40 anos, ensino médio completo.
- 4 – Representante grupo da 3ª idade: sexo masculino, 42 anos, formação militar – major da reserva da polícia militar.
- 5 – Representante da área da saúde pública: sexo feminino, 32 anos, ensino superior completo em enfermagem.

O segundo passo foi a realização de uma entrevista com pessoas da comunidade, ligadas à gestão da rádio e à produção dos programas. Roesch (1999) define os modelos de entrevistas e sua forma de organização. As entrevistas podem ser organizadas de forma aberta, ou seja, uma entrevista não estruturada, onde o entrevistador aborda um tema específico e o informante responde livremente sobre o assunto.

A entrevista semiestruturada foi utilizada para fossem feitas perguntas mais abertas com alternativas de respostas diversificadas, podendo ter respostas até subjetivas, relacionadas aos valores, atitudes e opiniões dos indivíduos entrevistados.

¹⁰ Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes da técnica de grupo focal e das entrevistas seus nomes não serão aqui apresentados. Serão então representados então por números juntamente com a palavra entrevistado ou participante, sendo que entrevistado significa que o indivíduo fez parte da técnica de entrevista, enquanto participante é a pessoa que participou do grupo focal.

Torna-se muito importante a realização desta entrevista para então ser realizado um contraponto em relação às respostas do grupo focal e para que posteriormente possa ser elaboradas as ações de participação comunitária. Entende-se por entrevista semiestruturada

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p.147).

Segundo Gil (2007), a entrevista é uma técnica validada, para tratar de problemas humanos, não apenas para coletar dados, mas também com objetivos voltados para diagnósticos e orientação. Segundo Selltiz, enquanto técnica de coleta de dados:

[...] a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 273 apud GIL, 2007, p. 117)

Para as entrevistas, foram selecionadas duas pessoas que fizeram parte da gestão e da programação da rádio por um longo período de tempo - cerca de dois anos cada um. Estas pessoas foram escolhidas em função de terem sido as últimas a deixarem de participar da gestão da rádio. Para garantir a privacidade dos entrevistados, nesta pesquisa elas são apresentadas com nomes fictícios. As entrevistas foram gravadas com a autorização dos sujeitos da pesquisa e posteriormente transcritas.

Contribuirá também para estudo, os diagnósticos elaborados pelos bolsistas no Projeto “Tecnologia Social para Inclusão e Apropriação do Fazer Midiático por Associações de Rádios Comunitárias da Quarta Colônia” com a comunidade que trazia como tema a rádio comunitária. Considera-se que este material tenha grande importância para o presente trabalho, podendo assim servir como apoio para a análise.

Após obter todas as informações necessárias com os dados coletados, será possível operacionalizar os níveis de participação da comunidade propostos por Peruzzo (1998), que se dividem em: nível das mensagens; nível da produção de mensagens, materiais e programas; nível do planejamento dos meios; e nível da gestão dos meios (PERUZZO, 1998). Com base

nestes níveis, será possível entender de que forma a comunidade está participando e atuando na rádio comunitária.

A partir de então, o diagnóstico estará pronto, e será usado como base para elencar ações de participação comunitária que viabilizem a inserção da comunidade de Ivorá na gestão e na programação da Rádio Comunitária Ivorense.

O último passo metodológico para este trabalho será a proposição de ações de participação para que a comunidade de Ivorá/RS possa inserir-se na rádio comunitária ivorense no âmbito de gestão e de programação. Essas ações serão baseadas na análise feita em relação ao diagnóstico de participação atual da comunidade e os níveis de participação elencados por Peruzzo (1998). Será também levado em consideração o fato de a rádio estar fora do ar justamente pela falta de participação da comunidade. Sendo assim, torna-se necessário desenvolver ações que partam do início, pensando que a rádio deve recomeçar do ponto inicial.

Para o melhor entendimento de como a metodologia será aplicada, se faz necessário a criação de um protocolo metodológico. Este busca descrever de forma clara e sucinta como as ações serão realizadas, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 – Protocolo metodológico resumido.

PROTOCOLO METODOLÓGICO		
Objetivos	Técnicas/métodos	Listagem das fontes
Identificar o contexto da participação comunitária da Rádio Comunitária Ivorense.	Diagnóstico elaborado no ano de 2011 Grupo Focal	Relatórios do Projeto Tecnologia Social para Inclusão e Apropriação do Fazer Midiático por Associações de Rádios Comunitárias da Quarta Colônia. Formadores de opinião do município. Ex: professor, padre, comerciante.
Aprofundar o diagnóstico.	Entrevista semiestruturada	Pessoas da comunidade relacionadas à gestão à programação da rádio comunitária.
Definir ações para fomentar a participação da comunidade.	Criação de ações com base nos modos de participação listados por Peruzzo (1998, p.144-145).	Níveis de participação comunitária elaborados pela autora Cicília Peruzzo (1998, p.144-145).

Fonte: Elaborado pela autora

3.3 Análise e interpretação dos dados

O grupo focal foi realizado no dia 04 de outubro de 2014 em uma sala desocupada da casa da pesquisadora. A técnica teve início às 14h30min e durou duas horas e cinco minutos. Durante esse tempo, a pesquisadora foi quem conduziu as discussões com o grupo fazendo perguntas¹¹ abertas e deixando com que os participantes discutissem entre si suas ideias em relação ao tema abordado.

Em relação ao número de participantes, foram primeiramente convidadas oito pessoas, porém, apenas cinco compareceram. Estas cinco pessoas que se fizeram presentes mostraram interesse em participar desde o momento do convite por parte da pesquisadora. Um dos fatores negativos que permearam esta técnica foi o fato de em alguns momentos as pessoas se sentirem coagidas por opinião dos outros participantes. Para tentar diminuir essa situação, desde o início do grupo, os participantes foram precavidos dessa possível ocorrência. Já as entrevistas, ocorreram nos dias 04 e 05 de outubro de 2014, às 18h e 15h respectivamente.

Após a realização do grupo focal, de ambas as entrevistas e da análise dos dados fornecidos pelo projeto que ocorreu no ano de 2011, foi possível identificar que os temas mais abordados em relação à rádio comunitária ivorense se dividem em:

¹¹ O roteiro das questões abordado nesta técnica encontra-se como apêndice ao final deste trabalho.

Figura 3: Divisão de temas em relação à Rádio Comunitária Ivorense.

Participação da Comunidade

- Modos de participação da comunidade em geral
- Divisão política presente no município
- Apoio Cultural
- Falta de conhecimento técnico
- Não aderência de entidades e associações
- Falta de estímulo dos gestores
- Diretoria da associação pouco presente e envolvida

Abertura da rádio em relação à participação comunitária

- Falta de planejamento em relação à participação da comunidade
- Falta de informação para a comunidade sobre o que é a rádio comunitária, a quem ela serve, a quem ela "pertence"

Questões de estrutura física e financeira

- Falta de estrutura própria para a rádio comunitária
- Falta de verbas para pagamento das contas mensais fixas
- Falta de equipamentos
- Grande número de equipamentos comprometidos ou ultrapassados

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados obtidos.

Cada um dos temas listados logo acima engloba diversos fatores, como citado acima. A seguir serão apresentados tópicos explicitando cada questão. Ressaltando que todas as observações destacadas a partir de agora são com base nos dados coletados. Em relação à **participação da comunidade** (grifo nosso), podemos destacar os seguintes aspectos:

A maioria da população só participava da programação da rádio através de mensagens e telefonemas. Sendo que uma parcela muito pequena – oito pessoas - fazia parte da gestão da rádio, que elaborava e fazia os programas. Aqui evidenciamos a presença do primeiro nível de participação elencado por Peruzzo (1998), o nível das mensagens. O comércio da cidade e o sindicato dos trabalhadores rurais, participavam com a questão dos apoios culturais¹². Segundo o entrevistado 01

¹² Entende-se por apoio cultural o pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa específico, sendo permitida, por parte da emissora que recebe o apoio, apenas veicular mensagens institucionais da entidade apoiadora, sem qualquer menção aos seus produtos ou serviços. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/aco-es-e-programas/telecentros/170-sem-categoria/22023-radio-comunitaria>> Acessado em 29/10/2014.

Quando começou a rádio, tinha o telefone comercial. Tocava sem parar, todo mundo ligava. Mas as pessoas só participavam ligando. O comércio apoiava com dinheiro, daí existia os apoios culturais. A prefeitura também apoiou, depois parou. A rádio teve tudo pra hoje estar muito bem (ENTREVISTADO 01).

As pessoas que foram responsáveis pela gestão ao longo dos quatro anos em que a rádio esteve ao ar, costumavam ter dias certos para comparecer ao veículo de comunicação. Contudo, passaram pela gestão da rádio desde a abertura, cerca de dez pessoas. Não foi possível obter as informações acerca de cada uma dessas pessoas em relação ao tempo dedicado a gestão da rádio. Sabe-se entretanto, que os dois entrevistados foram as pessoas que permaneceram por mais tempo frente ao meio comunitário. Em nenhum momento estas pessoas foram convidadas a não fazer mais parte da gestão da rádio, sempre saíram por motivos próprios. Novamente é possível diagnosticar a presença de níveis de participação propostos por Peruzzo (1998), desta vez, os níveis da produção de mensagens, planejamento dos meios e participação ao nível da gestão dos meios.

Em nenhum momento as associações ou entidades do município participaram de alguma forma além de como foi descrito acima: através de ligações, mensagens apoio cultural. Não participavam contribuindo para a gestão da rádio via produção e realização de programas.

O ponto mais citado pelos participantes através das técnicas de coletas de dados e os documentos elaborados no ano de 2011 através do Projeto da UFSM¹³ foi que a falta de participação da comunidade ivorense ocorre principalmente em função da grande divisão política existente no município. A autora do presente trabalho através de suas vivências e percepções confirma este fato. Ocorre que o presidente – que se manteve o mesmo desde a fundação da rádio – é um ícone da cena política na cidade. Em função disso, os não simpatizantes de sua sigla eleitoral preferem afastar-se de todos os meios onde ele está presente, pois evitam o convívio.

Outro fator que impede a participação da comunidade na realização dos programas é a falta de conhecimentos técnicos para o manuseio dos equipamentos. Um dos entrevistados que fez parte da gestão da rádio afirma que

Às vezes acontecia que as pessoas até queriam participar, mas não entendiam a parte técnica, daí eu teria sempre que acompanhar. Só que eu trabalho, não tenho como

¹³ Intitulado “Tecnologia Social para Inclusão e Apropriação do Fazer Midiático por Associações de Rádios Comunitárias da Quarta Colônia”.

me dedicar exclusivamente a isso, preciso que as pessoas me ajudem. Às vezes as pessoas não sabem manusear o microfone, colocar uma música (ENTREVISTADO 01).

Foi destacado também que o presidente da rádio contribuía apenas na questão de decisões, não participava efetivamente da produção da programação da rádio, o que poderia afastá-lo dos reais problemas que a rádio enfrentava, já que desta forma ele acabava por não tomar conhecimento ou não compreender as dificuldades encontradas por quem de fato realizava a gestão da programação. O entrevistado 01 complementa esse fato afirmando que

A gestão sempre tinha ideias pra frente, pra melhorar, dai íamos falar com o presidente, e ele cortava as ideias, dizia que era pra esperar, que ele ia pensar. E dai ficávamos nos amarrando naquilo, porque não podíamos fazer por conta também. Ele tinha que dar o aval.

A questão que permeia o fechamento da rádio no momento é que todos os voluntários que faziam parte da gestão da programação foram deixando de participar um a um. E isso ocorreu em função da falta de participação geral. Os entrevistados relataram que se sentiam muito felizes com a situação de o telefone tocar sem parar, de saber que várias pessoas no município estavam escutando as informações que eles passavam através dos programas.

Mas no momento em que essa participação caiu, os voluntários sentiram-se desestimulados. Um dos entrevistados relata que “o pessoal desanimou com a função de que ninguém participava. Os poucos que trabalhavam na gestão foram saindo com o decorrer do tempo” (ENTREVISTADO 01). Outro entrevistado ainda conclui

Quando começou me sentia feliz, todo mundo ouvia, depois com o passar do tempo parecia que eu falava pras paredes, ninguém ligava, eu falava o número mil vezes na programação e ninguém ligava, **porque ninguém estava escutando** (grifo nosso) (ENTREVISTADO 02).

Segundo os relatos, inclusive a própria diretoria da associação responsável pela rádio deixava de participar. Nos documentos formais como as atas, muitos nomes aparecem, porém, são apenas figurativos, pois estes não costumavam participar. No momento em que a rádio ficou fora do ar, as pessoas perguntavam os motivos e cobravam as razões, relataram os entrevistados. Um deles afirma

Foram feitas reuniões entre a associação, houve empolgação mas o pessoal não firmou. Em uma época no início estava bom. Houve uns picos de audiência, depois começou a decair. As pessoas perguntavam quando fechou o motivo, cobravam, mas não ajudavam (ENTREVISTADO 01).

Conclui-se neste primeiro tópico então que há várias questões permeando a participação da comunidade ivorense na rádio comunitária local. A desinformação por parte da comunidade, a falta de organização por parte da gestão em relação aos convites para as entidades participarem, a própria organização interna e a divisão política do município são os principais fatores responsáveis para o declínio da rádio comunitária ivorense, que em seu início contou com boa audiência e participação.

Em relação ao segundo tópico destacado, **abertura da rádio em relação à participação comunitária**, destacam-se as seguintes questões: Os participantes do grupo focal destacaram neste ponto que faltava um planejamento, uma coordenação sobre a rádio. Muitos afirmaram que ficaram sabendo muito tempo depois que a rádio que escutavam era comunitária. Outros ainda disseram que até hoje não sabem exatamente o que significa o fato da rádio ser comunitária. Segundo eles, faltou informação desde o princípio. Um participante comentou que sentiu falta de uma inauguração para a rádio, que o meio simplesmente entrou no ar, mas não foi informado à população sobre que tipo de rádio estava sendo instalada no município. Um dos participantes ainda afirma

Faltou ter alguém que coordenasse, era tudo muito vago, era um , era outro mas o pessoal não assumiu literalmente, talvez por não saber bem a importância da rádio. Nós gostaríamos de participar, mas era muito vago, só convidavam pra ir, mas não tinha um planejamento para as participações (PARTICIPANTE 02).

Novamente o fator político do presidente é ressaltado nos dados obtidos, e os participantes do grupo focal destacaram que houve pouca abertura para a participação, já que a comunidade não sabia do que se tratava a rádio. A citação do participante 04 descreve a situação

Começou errado, não teve aviso para a comunidade sobre a abertura da rádio. Talvez tenha faltado também uma abertura que o presidente não deu para a participação. Ele deteve o poder, a população não tinha como participar, como chegar até a rádio, pois ele fazia tudo sozinho. Todos achavam que a rádio era dele [presidente].

É possível identificar que neste tópico existe uma concordância em relação às pessoas que participavam da gestão e foram entrevistadas e as pessoas que participaram do grupo

focal, ambas relataram que o processo de abertura da rádio teve início de forma errônea, sem aviso prévio para a comunidade. Isso fez com que a população de fato não fosse informada corretamente sobre a questão da rádio ser comunitária, dificultando assim a questão da participação.

O fato do presidente da rádio comunitária ser uma figura política do município também pode ter contribuído para o fato de um sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao meio radiofônico. Uma vez que os não simpatizantes do presidente em função da desinformação podem ter deixado de participar, por pensarem que a rádio fosse um veículo comercial e de propriedade do presidente.

O terceiro tópico explanado pelas pessoas ouvidas foram as **questões de estrutura física e financeira** da rádio. Em relação à estrutura física, antes a rádio estava instalada em um espaço cedido pela Paróquia da Igreja Católica da cidade. Em função de um reforma no local, o padre acabou pedindo que os materiais fossem retirados e que a rádio comunitária não contasse mais com aquela sede. Começava então o declínio da rádio comunitária ivorense.

Um dos gestores conseguiu um novo espaço – novamente cedido, mas desta vez por uma pessoa do município – para montar as instalações da rádio. Pouco tempo após tal mudança, as últimas pessoas que eram voluntárias na elaboração dos programas da rádio, acabaram desistindo, fazendo com que apenas uma pessoa restasse.

Tornou-se inviável a rádio manter-se somente com um gestor, ainda mais sendo que esta era voluntária, e possuía um emprego, restando assim poucas horas para se fazer presente na rádio. Algum tempo depois, o proprietário do local cedido para as instalações da rádio precisou pedir sua devolução. Sem sede e sem voluntários para a gestão, a rádio comunitária Ivorense sai do ar e têm seus equipamentos armazenados na residência de seu último voluntário.

Contribuiu para essa situação a questão de falta de verbas para o funcionamento da rádio. Além de ter que arcar com contas mensais como luz e internet, também ocorria gastos com materiais básicos para o funcionamento da rádio, reposição de equipamentos e demais gastos relacionados a eventuais tarifas como ECAD¹⁴, que dependendo das músicas utilizadas pela rádio, deveria ser pago. Todos esses gastos eram bancados somente com os apoios culturais arrecadados no município. E ocorre que estes, eram poucos e não supriam as necessidades financeiras da rádio. Um dos entrevistados afirma sobre esta questão

¹⁴ O Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) é uma instituição privada, sem fins lucrativos, instituída pela lei 5.988/73 e mantida pela Lei Federal 9.610/98 e 12.853/13. Seu principal objetivo é centralizar a arrecadação e distribuição dos direitos autorais de execução pública musical. Disponível em < <http://www.ecad.org.br/pt/quem-somos/oEcad/Paginas/default.aspx>> Acesso em 30/10/2014.

A comunidade não aproveita o meio, fui procurar várias pessoas, até a prefeita, ela disse que não podia, fui procurar os vereadores, e eles não apoiavam em nada. Nós não queríamos um absurdo, o mínimo que fosse já ia fazer diferença e ajudar, só queríamos manter a rádio (ENTREVISTADO 02).

Ocorre também que muitos comerciantes não ajudavam através do apoio cultural em função da pequena abrangência determinada pela lei 9.612 que a rádio deve ter. Para muitos, não era vantajoso apoiar a rádio, uma vez que seu público não poderia escutar. O entrevistado 02 conclui que “o pessoal não apoia muito porque a rádio abrange um pequeno raio, então acabam achando que não vale a pena”.

O último destaque em relação a estrutura foi que os equipamentos da rádio foram obtidos no ano de 2010, sendo que alguns foram comprados com o dinheiro do próprio presidente. Mas o fato é que muitos destes equipamentos já estão ultrapassados ou deteriorados, fazendo com que o andamento da rádio fosse prejudicado. Para elucidar a questão dos aparelhos, o entrevistado 01 apresenta a situação:

Esses aparelhos, todos tem gasto. O que gastamos no começo em computador não foi pouco, foi muito dinheiro, era peça que queimava, computador que a gente arrumava emprestado e depois ficava. Computador era bom ter dois, pra ter os programas iguais, se acontecesse alguma coisa com um, tinha o outro de reserva. Transmissor já tinha que ter outro, esse que tem já está meio fraco. Microfone era o que mais dava problema, chegava à rádio e sempre tinha um que não funcionava.

Através dos diversos pontos apresentados entre os três principais tópicos observados nos dados obtidos entre as entrevistas, o grupo focal e o diagnóstico fornecido pelo projeto realizado em 2011 pela UFSM, reafirmamos que a questão da falta de participação na comunidade ivorense está envolta de diversos fatores. Entretanto, em relação à participação ocorrida, podemos afirmar que esta se dava em relação aos níveis de participação anteriormente citados da autora Peruzzo (1998), principalmente no *nível das mensagens*, que ocorre quando a comunidade participa através de pedidos musicais, envio de sugestões, avisos, entre outros.

Os níveis de *produção de mensagens, planejamento dos meios e gestão dos meios também aparecem*, uma vez que a rádio contava com vários voluntários que faziam parte da produção e execução dos diversos programas quando esta estava no ar. Houve uma queda significativa no número de participantes nos dois níveis com o tempo.

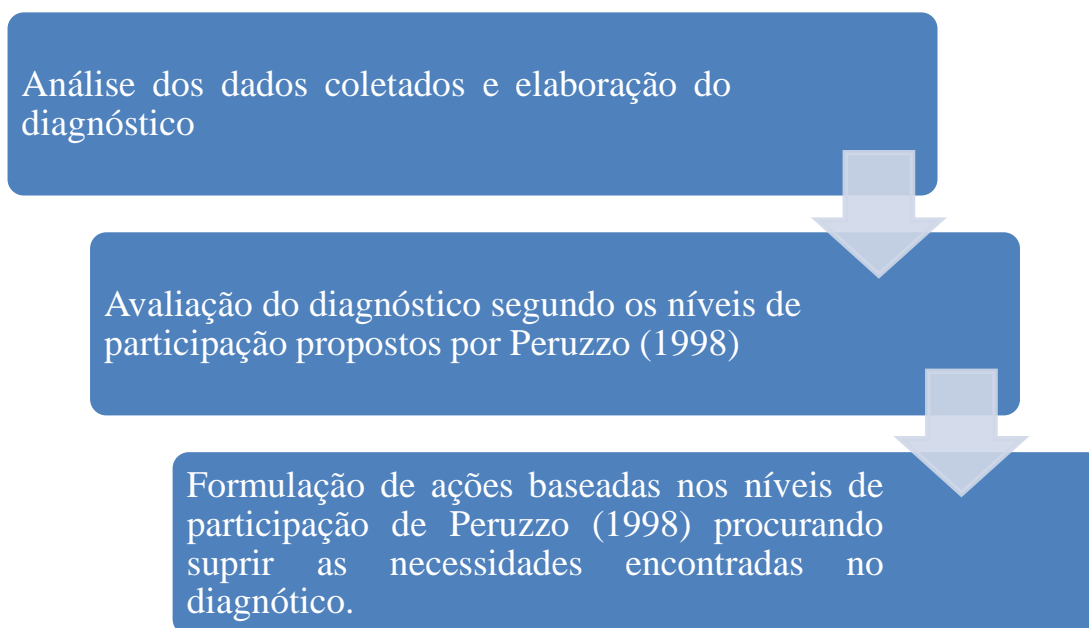
Através destas informações, a seguir serão elencadas ações que possam vir a contribuir para a inserção da participação da comunidade na rádio comunitária ivorense.

3.4 Ações de participação da comunidade

Através da análise dos dados, foi possível identificar a necessidade da criação de ações que vão desde uma estrutura básica para o funcionamento até o quarto e último nível descrito por Peruzzo (1998) que diz respeito à gestão do meio. As ações aqui apresentadas estão divididas em dois blocos: o primeiro busca suprir as necessidades e problemas apresentados no diagnóstico, que perpassam a questão da participação comunitária. Já o segundo bloco, esta focado em achar meios de inserir a comunidade ivorense na gestão e participação da programação do meio radiofônico comunitário, fazendo uso dos preceitos apresentados no níveis de participação de Peruzzo (1998).

O esquema abaixo busca exemplificar o processo de elaboração das ações:

Figura 4: Processo de elaboração de ações



Fonte: Elaborado pela autora.

Para sintetizar as ações, as mesmas encontram-se abaixo separadas nestes dois blocos anteriormente citados:

Ações gerais de participação comunitária¹⁵

❖ *Conscientizar a Associação*

Objetivos: Apresentar a atual situação do meio radiofônico; Criar um sentimento de conscientização de suas responsabilidades em relação à rádio; Discutir alternativas para que a rádio volte ao ar, desde estrutura física até a formação da gestão.

Método: Através de um encontro buscar unir o maior número de pessoas possível que façam parte da Associação que detém a rádio comunitária Ivorense. Deve-se nessa reunião apresentar os objetivos do encontro e abrir espaço para eventuais colocações e opiniões de todos os participantes.

Participantes: *Público principal:* Membros da Associação da rádio comunitária ivorense. *Público secundário:* Interessados em fazer parte da associação, bem como a gestão da rádio.

Esta ação busca suprir qual dificuldade encontrada?

Diretoria da associação pouco presente e envolvida. Divisão política presente no município.

❖ *Empoderar a população*

Objetivos: Apresentar para a comunidade informações sobre o que é uma rádio comunitária: para que serve, quem pode usufruir, etc. Apresentar para a população ivorense informações sobre a atual situação da rádio ivorense. Enfatizar que a rádio está acima de divisões políticas que o município possa apresentar. Difundir a ideia do quão importante é a participação de todos para que rádio possa obter êxito no município.

Métodos: Através de uma reunião buscar reunir o maior número de pessoas da comunidade possível. Explanar na reunião sobre os objetivos do encontro, bem como criar pontos de discussão e responder a dúvidas da população.

Participantes: Toda a comunidade ivorense.

Esta ação busca suprir qual dificuldade encontrada? Falta de informação para a comunidade sobre o que é a rádio comunitária, a quem ela serve, a quem ela "pertence". Divisão política presente no município.

❖ *Conscientizar entidades, associações e comércio local*

¹⁵ Estas ações foram pensadas de modo geral para possibilitarem a reabertura da rádio comunitária Ivorense.

Objetivos: Conscientizar entidades, associações e comércio local. Conseguir cotas de apoio cultural com as entidades, associações e o comércio local. Conscientizar sobre a importância da participação deste público não somente na questão financeira, mas também na gestão e programação da rádio.

Métodos: Através de uma reunião com o público alvo desta ação, explanar sobre a importância de tê-los como parceiros da rádio comunitária. Discutir possibilidades de inserção destes segmentos na rádio.

Participantes: Entidades religiosas, entidades culturais, de esporte e lazer, entidades de educação. Associações dos servidores da Prefeitura. Sindicato dos trabalhadores rurais e comerciantes locais.

Esta ação busca suprir qual dificuldade encontrada? Falta de verbas para pagamento das contas mensais fixas. Apoio Cultural. Não aderência de entidades e associações.

❖ *Oficina técnica para a comunidade*

Objetivos: Qualificar a comunidade no que tange aos aspectos técnicos da rádio comunitária.

Métodos: Oficinas técnicas sobre manuseio dos equipamentos da rádio, como microfone, caixa de som, computadores e softwares, entre outros.

Participantes: Público interessado em participar da gestão dos programas na rádio comunitária.

Esta ação busca suprir qual dificuldade encontrada? Falta de participação da comunidade na gestão dos programas.

Esta ação busca suprir qual dificuldade encontrada? Falta de conhecimento técnico da população.

Ações específicas de participação comunitária¹⁶

❖ *Programa Escola que participa, educa!*

Objetivos: Fazer com que as unidades de ensino público da cidade de Ivorá participem da programação da rádio expondo trabalhos de seus alunos. Promover o estreitamento dos laços entre o meio de comunicação e as unidades de ensino.

¹⁶ Diferentemente das ações anteriores, estas se preocupam em atender os níveis de participação propostos por Peruzzo (1998).

Métodos: Reserva de espaço semanal na programação da rádio para uma instituição de ensino público apresentar um programa com os alunos. Deve ser feito um rodízio das instituições de ensino durante o mês, para que todas participem de forma igualitária. Deve-se também fazer periodicamente rodízio entre as turmas das instituições, para que alunos de diferentes idades possam participar. Neste espaço a escolha do conteúdo para ser apresentado é livre, desde que tenha cunho pedagógico.

Participantes/Público-alvo: Creche Municipal Bem-me-quer; Escolas municipais de Ivorá/RS; Escola Estadual de Ed. B. Pe. Pedro M. Copetti.

Esta ação está inserida em qual nível de participação de Peruzzo? Nível 2: Participação ao nível da produção de mensagens

❖ *Programa De olho no campo*

Objetivos: Apresentar ao ouvinte informações gerais, notícias, eventos e curiosidades sobre o sindicato dos trabalhadores rurais do município e questões relacionadas ao meio rural.

Métodos: Através de um espaço na programação, um representante do sindicato dos trabalhadores rurais com o auxílio de um membro da gestão da rádio, planeja e executa um programa voltado ao meio rural.

Participantes/Público: Sindicato dos trabalhadores rurais.

Esta ação está inserida em qual nível de participação de Peruzzo? Nível 2: Participação ao nível da produção de mensagens. Nível 3: Participação ao nível do planejamento dos meios.

❖ Criação de um planejamento de comunicação da rádio comunitária ivorense

Objetivos: Definir objetivos da rádio; definir políticas de comunicação; definir grade de programação fixa; definir políticas editoriais.

Métodos: Criação conjunta entre os gestores de um planejamento de comunicação para a rádio comunitária ivorense, que englobe todas as questões do âmbito de programação e também do âmbito de relacionamento com a comunidade.

Participantes/ Público: Gestores da rádio comunitária ivorense.

Esta ação está inserida em qual nível de participação de Peruzzo? Nível 4: Participação ao nível da gestão dos meios

❖ *Programa Informativo da Prefeitura Municipal*

Objetivos: Informar os cidadãos ivorenses sobre acontecimentos, notícias, eventos do município. Auxiliar a prefeitura na divulgação de informações aos munícipes.

Métodos: Criação e execução de um programa contendo informações sobre o município.

Participantes/Público: Representantes da prefeitura municipal

Esta ação está inserida em qual nível de participação de Peruzzo? Nível 2: Participação ao nível da produção de mensagens

❖ *E ai seu Doutor?*

Objetivos: Informar a comunidade sobre assuntos relacionados à medicina. Tirar dúvidas da população em relação às questões de saúde.

Métodos: Convidar um representante da área da saúde pública municipal para uma conversa ao vivo quinzenalmente. Neste programa, o tema abordado deve ser escolhido no programa anterior e os ouvintes tem a possibilidade de tirar dúvidas ao vivo. Pessoas da área da saúde pública municipal.

Participantes/Público: Gestores da rádio.

Esta ação está inserida em qual nível de participação de Peruzzo? Nível 1: Participação ao nível das mensagens. Nível 2: Participação ao nível da produção de mensagens.

As ações elaboradas pela pesquisadora tiveram como base além dos dados apresentados, os conceitos expostos no percurso teórico do presente trabalho. Partindo do pressuposto e confirmando através da análise dos dados, há uma comunidade no município Ivorense. Já em relação à comunicação comunitária, uma vez que o município conta com um veículo de comunicação comunitária, como é o caso da rádio ivorense, podemos dizer que este conceito também fica evidente. A participação comunitária surge então através das ações propostas.

Através da criação das presentes ações, espera-se que estas possam vir a contribuir para o desenvolvimento da rádio comunitária Ivorense, bem como uma maior participação da comunidade no veículo comunicacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como contexto a participação comunitária como possível meio para democratizar a comunicação, este trabalho de conclusão de curso buscou elucidar ações para que a comunidade ivorense participasse da gestão e programação da rádio comunitária local.

Refletindo sobre a questão da democratização da comunicação, para que de fato esta se concretize, é necessário um conjunto de procedimentos que possibilitem processos de participação, desenvolvimento de práticas pautadas na construção da cidadania e no empenho da comunidade como sujeito do fazer comunicacional (MEDEIROS, 2009). Em função deste discurso é que se buscou apresentar ações que possibilitassem de maneira simples, porém, possivelmente eficaz, a participação da comunidade na emissora de radiodifusão Ivorense.

Os pilares que servem de sustentação para a democratização da comunicação em uma rádio comunitária, são a gestão e a produção a partir do comprometimento e engajamento da comunidade. Sabemos que romper com as diversas barreiras que cercam a - por vezes pensada como uma utopia comunicacional – democratização da comunicação não é algo fácil, e requer trabalho conjunto e dedicação da comunidade.

O desenvolvimento do estudo foi surpreendido com o desligamento momentâneo da rádio pesquisada e, o que poderia servir como estímulo para a desistência deste trabalho, foi visto como um impulso para que ele fosse concluído. Isso se deve ao fato de que o trabalho passa a ter uma grande importância e, acredita-se que pode contribuir para que a rádio possa recomeçar suas atividades de forma diferente, baseada em ações que possibilitem de fato a participação comunitária com o propósito de democratizar o meio comunicacional.

Espera-se possibilitar o uso das ações aqui apresentadas como inspiração para as ações que poderão segui-las posteriormente. Uma vez que a comunidade pode e deve a partir de então construir seus próximos objetivos em relação à rádio comunitária.

Para o entendimento deste trabalho, no decorrer de sua construção teórica, foram apresentados conceitos diversos. Estes conceitos foram organizados de forma a fazer com que o leitor entendesse seu desenvolvimento como em uma escala, começando na base e avançando a cada ponto, que neste caso, seria um novo conceito, vindo a agregar ao anteriormente citado. Essa construção foi usada para que os conceitos juntos pudessem ser compreendidos da forma que a autora compreende a democratização da comunicação¹⁷:

¹⁷ Ver figura 01, página 30 do presente trabalho.

partindo de uma comunidade, a seguir comunicação comunitária e então a participação comunitária. No presente trabalho, estes conceitos foram somados ao conceito de radiodifusão comunitária, uma vez que este foi o meio comunicacional usado para este estudo.

Através de reflexões sobre um entendimento macro de democratização da comunicação, buscamos realizar seu desmembramento e obter meios para se chegar até este conceito. É neste ponto que a autora observa que partindo de outros conceitos e somando-os seria possível pensar a democratização da comunicação como algo acessível, principalmente em relação à comunidade ivorense. Ainda para a conclusão deste ponto, as ações de participação surgem como uma “ponte”, um mecanismo para que se consiga alcançar a participação como forma de democratização.

Para suprir o objetivo específico de identificar o contexto da participação em que a rádio comunitária Ivorense estava inserida, as pesquisadoras fizeram uso dos dados coletados. A partir das entrevistas realizadas com pessoas ligadas a gestão e programação da rádio e o grupo focal onde pessoas da comunidade estavam representadas, foi possível fazer um contraponto em relação a ambas as informações, chegando assim às conclusões.

Foi possível identificar que com o passar do tempo a participação da comunidade Ivorense decaiu consideravelmente a tal ponto, que o veículo comunitário encontra-se no momento fora do ar em função da falta de pessoas para participarem de sua gestão e programação. Esse fato segundo os dados coletados, não ocorria anteriormente, principalmente quando as transmissões começaram a ser feitas. Naquele momento, a participação da população era considerada alta, tanto em número de voluntários para a gestão da rádio, quanto através da participação por meio de ligações, mensagens, entrevistas.

O segundo objetivo do presente estudo buscava observar a participação comunitária da população de Ivorá na rádio local. Para chegar a uma conclusão a respeito deste objetivo, foram usados como base para estudo, os níveis de participação comunitária elencados pela autora Peruzzo (1998), onde ela cita diversas formas de participação em um meio radiofônico comunitário divididas em 4 níveis. Este níveis compreendem desde as formas mais básicas de participação, como o envio de mensagens, participação em entrevistas, pedidos de músicas, etc. até os meios mais intensos, como a gestão da rádio comunitária.

A partir dos dados coletados e fazendo uso dos níveis de Peruzzo (1998) foi possível chegar ao entendimento de que quando a rádio comunitária Ivorense estava no ar, as formas de participação da comunidade se concentravam principalmente no nível um descrito por Peruzzo (1998). Ou seja, a população costumava participar através de formas mais simples,

como o envio de mensagens, fazendo pedidos musicais, ou dando entrevistas rápidas. Observa-se deste modo, que a população não possuía um contato de proximidade com a rádio comunitária, participando apenas de forma mais supérflua no geral. O número de pessoas que participaram ao longo dos quatro anos em que a rádio esteve no ar, de forma mais concentrada, atingindo os outros níveis propostos por Peruzzo, é consideravelmente pequeno (cerca de oito pessoas).

O último objetivo deste trabalho buscava mapear os motivos pelos quais a comunidade Ivorense não participava da rádio comunitária local. Através das entrevistas semiestruturadas com os ex-gestores da rádio e as informações coletadas no grupo focal, foi possível obter as respostas para esta pergunta. Segundo estes dados, as questões que permeiam a não participação da comunidade estão intimamente ligadas à divisão política do município, que faz com que as pessoas deixassem de participar por não simpatizarem com este gestor.

Outro fator é a falta de conhecimentos técnicos para a participação mais avançada na rádio. Contribui também para este cenário a falta de estímulo e de informações por parte da gestão da rádio para que a comunidade ivorense participe.

Buscou-se com o presente trabalho realizar uma contribuição para a pesquisa na área da comunicação comunitária, bem como oferecer subsídios para que a rádio comunitária Ivorense recomece suas atividades de forma diferente de quando foi ao ar pela primeira vez. Agora, de forma estruturada, com suas primeiras ações de forma delineada, e como principal propósito a participação comunitária.

Uma das motivações para a realização deste estudo foi a possibilidade de poder de fato contribuir para esta área de pesquisa, diferentemente da maioria dos trabalhos pesquisados, que buscam apenas fazer observações sobre o tema. Isso ocorre a partir do momento em que a autora realiza a criação de um plano de ações baseadas em dados da própria comunidade relacionando-os com os conceitos aqui abordados.

Em relação ao uso das ações elencadas, espera-se que as mesmas possam ser postas em prática com os mesmos ideais com que foram elaboradas. Além disso, acredita-se que posteriormente a colocação em prática das ações aqui mencionadas, novas ações possam ser elaboradas, uma vez que o desejo deste trabalho é servir para alavancar a participação na rádio comunitária e assim poder democratizar a comunicação no local. Partindo deste pressuposto, a rádio Ivorense deverá estar estruturada tanto no que tange a questão de participação como de abertura para a população, podendo assim desenvolver novas ações daqui para frente.

De modo geral, sabemos o quanto é difícil buscar mecanismos para que a participação comunitária ocorra atualmente. Tanto no sentido de a comunidade participar, quanto em relação a abertura dos canais comunicacionais que teoricamente deveriam proporcionar este espaço. O fato é que se torna necessário criar pontes, canais para que consigamos diminuir estas barreiras. Uma vez que a participação é, segundo a autora, a principal forma de democratizar a comunicação, as ações para que esta participação ocorra na rádio comunitária Ivorense tornam-se assim a ponte de que falávamos anteriormente.

É preciso despertar o interesse e as condições necessárias para que haja a participação comunitária. A comunidade sozinha muitas vezes não tem condições para acabar com seus problemas comunicacionais, muito embora devesse possuir estas atribuições. É então que surgem os pesquisadores, podendo vir a contribuir para estas comunidades e também para a sociedade.

Cabe a partir de agora à comunidade de Ivorá/RS utilizar as informações geradas no decorrer deste trabalho para a reabertura da rádio e desse momento em diante a melhoria da participação na rádio comunitária Ivorense. Será necessário o engajamento de toda a comunidade em torno desse ideal. O primeiro passo foi dado, agora compete exclusivamente aos cidadãos fazer valer seus direitos e deveres.

BIBLIOGRAFIA

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009. Tradução Marcelo Figueiredo Duarte.

BRASIL, **Lei 9.612**, de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.

COMUNICAÇÕES. **Portal das Comunicações**. Disponível em < <http://www.mc.gov.br/>>.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5ª ed. – São Paulo, Cortez, 2001.

DUARTE, Jorge, Antonio Barros. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação** / Jorge Duarte, Antonio Barros (org.). – 2. ed. - São Paulo : Atlas, 2006.

ECAD, disponível em <http://www.ecad.org.br/pt>, Acesso em 30/10/2014

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade** / São Paulo: Universidade de São Paulo 1973.

FNDC, Fórum nacional pela democratização da Comunicação. Disponível em: < <http://www.fndc.org.br/>>

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília-DF: Líber livro, 2005.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

_____. **Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento.** In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.** Trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, 2006.

_____. **Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão.** Trabalho apresentado no Seminário da Mídia Cidadã na Universidade Metodista de São Paulo, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2005. Acesso em 25 de abril de 2014.

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** Trabalho apresentado no CELACOM/ENDICOM 2004 (VII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação / V Encontro de Ensino e Investigação da Comunicação nos Países do Mercosul), São Bernardo do Campo – SP, 2004.

_____. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania.** In: Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos. Vol. III, n.1, set 2001.

_____. **Comunicação e culturas populares.** Coleção GT'S, INTERCOM nº 5, 1995.

SILVEIRA, Fernando Silveira. **Rádios comunitárias.** Belo Horizonte: Del Rey. 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987.

APÊNDICES

Apêndice A- Roteiro de entrevistas semiestruturada

- 1 - Durante quanto tempo você participou da gestão e/ou programação da rádio comunitária Ivorense?
- 2 - Qual a sua percepção sobre a participação da comunidade no decorrer do período em que a rádio comunitária esteve no ar?
- 3 - Como a rádio comunitária Ivorense arrecadava recursos para manter-se?
- 4 - No seu ponto de vista, porque a rádio comunitária Ivorense está fora do ar atualmente?
- 5 - Você possui alguma informação a respeito do desligamento temporário da rádio comunitária Ivorense?
- 6 - Quais os principais problemas enfrentados pela rádio comunitária Ivorense durante o período em que você participou de sua gestão e/ou programação?
- 7 - Você acredita que a comunidade ivorense gostaria de participar de alguma forma da rádio?
- 8 - Existia abertura dos gestores em relação à participação da comunidade na rádio comunitária Ivorense?

Apêndice B - Roteiro de questões abordadas no grupo focal

1 - Vocês sabem o que é uma rádio comunitária?

2 - Vocês sabiam em Ivorá/RS existe uma rádio comunitária?

3 – Onde, na opinião de vocês, a população pode inserir-se nessa rádio comunitária?

4 - Vocês acreditam que a população participa?

5 - Qual seriam as formas mais acessíveis para a população participar?

6 - A população gostaria de participar? Porque sim? Porque não?

7 – Quais são os problemas que impedem a participação?